

2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ESTUDOS ECONÔMICOS I

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ESTUDOS ECONÔMICOS I

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Glauber Túlio Fonseca Coelho

Dr. Diogo Guagliardo Neves

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto

Dr. José Ribamar Santos Moraes Filho

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e

Santos, Adelcio Machado dos

Estudos econômicos I / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

67 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-150-7

D.O.I.: 10.29327/5553031

1. Economia. 2. Análise sistêmica. 3. Estudo econômico 4. Fenômeno econômico.
I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 330.1:005.1:001.8

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

*“A Economia pode ser muito mais produtiva
se estiver mais conectada com a Filosofia.”*

Amartya Sen

*Livro dedicado ao Corpo Docente e Discente do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da
Universidade Alto Vale do
Rio do Peixe - Uniarp*

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

A obra que o leitor tem em mãos, intitulada “Estudos Econômicos I”, emerge como uma contribuição significativa para o entendimento e a reflexão sobre as questões econômicas contemporâneas. O propósito deste livro não se limita a abordar as teorias clássicas e modernas que moldam o campo da economia, mas também a de oferecer uma análise crítica das dinâmicas que impactam a vida cotidiana, as políticas públicas e o desenvolvimento global.

Ao reunir uma série de textos que discutem diferentes aspectos da economia, o autor, com uma abordagem clara e objetiva, busca proporcionar uma leitura acessível tanto para aqueles que iniciam seus estudos na área quanto para especialistas e profissionais que atuam em diversos segmentos do setor econômico.

A Economia, no status disciplina, sempre teve a capacidade de refletir sobre as realidades sociais e políticas de uma época, ao mesmo tempo que propõe soluções para problemas práticos que afetam a sociedade. O autor do presente livro se insere nesse contexto de reflexão, analisando o impacto de decisões econômicas no ambiente social, sem perder de vista a complexidade que envolve as relações entre mercados, políticas fiscais e monetárias, desenvolvimento tecnológico e o comportamento dos indivíduos.

Ao longo das páginas que compõem “Estudos Econômicos I”, o leitor será guiado por um percurso de aprendizagem que se caracteriza pela busca constante da compreensão mais profunda e holística dos fenômenos econômicos.

O cenário econômico global, cada vez mais interligado, demanda uma visão crítica que ultrapassa as fronteiras tradicionais da teoria econômica. A busca por soluções sustentáveis, inclusivas e inovadoras não é apenas um imperativo acadêmico, mas uma necessidade urgente para garantir o bem-estar das populações e a preservação do planeta.

Nesse sentido, o autor não se furta a discutir temas atuais e urgentes, como as questões relacionadas à desigualdade econômica, a transformação digital, as crises econômicas e as políticas de sustentabilidade. É nesse ambiente de constante mudança que a economia se apresenta como uma ciência dinâmica e, por vezes, imprevisível, desafiando constantemente os estudiosos a repensarem suas abordagens e suas conclusões.

O livro está estruturado de tal forma que apresenta bases filosóficas da economia, mas também suas aplicações, com exemplos que visam ilustrar como as

ideias econômicas podem ser observadas no cotidiano. Em uma escrita acessível e direta, o autor propõe aproximar conceitos econômicos do leitor, sem perder de vista a profundidade analítica necessária para abordar os desafios que o cenário global impõe.

Cada capítulo foi cuidadosamente elaborado para destacar uma questão específica, com ênfase na inter-relação entre a teoria e a prática, permitindo ao leitor uma compreensão mais ampla das variáveis que influenciam a dinâmica econômica.

Ademais disso, “Estudos Econômicos I” se diferencia por seu enfoque na interligação entre as diversas áreas da economia. Ao contrário de livros que se limitam a uma visão fragmentada dos temas econômicos, a obra apresenta uma visão sistêmica, que considera a complexidade dos fenômenos econômicos e as múltiplas variáveis que os envolvem. A forma como o autor aborda temas como o mercado de trabalho, o papel do Estado, as políticas fiscais e monetárias, o comércio internacional e o desenvolvimento econômico é um convite à reflexão crítica e à busca por soluções mais eficazes para os desafios contemporâneos.

O compromisso com a clareza e a precisão é uma marca distintiva desta obra. O autor se esforça para garantir que os conceitos apresentados sejam compreensíveis, mesmo para aqueles que não possuem formação acadêmica formal em economia. O livro busca ser um ponto de partida para aqueles que desejam compreender as forças que moldam o mundo econômico e suas implicações nas esferas política, social e ambiental.

O leitor encontra neste livro uma obra que, mais do que um compêndio de informações, é um convite ao pensamento crítico. Ao longo dos capítulos, o autor propõe questionamentos que estimulam o leitor a ir além da superfície e a considerar as múltiplas dimensões dos temas abordados. A busca por soluções que atendam às necessidades da sociedade, levando em conta tanto a equidade quanto a eficiência, é um desafio constante para os estudiosos e profissionais da área econômica. Através de uma leitura atenta e reflexiva de “Estudos Econômicos I”, o leitor será incentivado a participar ativamente desse debate, com base em uma compreensão sólida das questões que estão em jogo.

Outrossim, importa destacar que este livro não pretende oferecer respostas definitivas ou soluções fáceis para os complexos problemas que enfrentamos. Em vez disso, ele busca despertar a curiosidade e o espírito investigativo, estimulando o leitor a explorar as nuances das questões econômicas e a considerar diferentes perspectivas sobre como enfrentá-las.

A riqueza da economia reside justamente em sua capacidade de se reinventar constantemente, adaptando-se aos tempos e aos desafios que surgem. Em tempos

de crise ou de prosperidade, os estudiosos e profissionais da economia são chamados a revisar suas abordagens e a propor novas soluções para problemas antigos e novos.

Em epítome, “Estudos Econômicos I” se configura em obra de reflexão, análise e aprendizado, que busca não apenas explicar os fenômenos econômicos, mas também promover o pensamento crítico sobre as escolhas econômicas que impactam as sociedades em todo o mundo.

Por final, este livro se engaja na formação intelectual que transcende a simples compreensão de conceitos, tornando-se parte de um diálogo contínuo sobre o porvir da justiça social.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof, Dr. Adélcio Machado dos Santos, advogado e jornalista (MT/SC 4155), com militância em Jornalismo Cultural e Crítica de Arte. Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e colegiados da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na cidade de Concórdia, em Santa Catarina. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, e Cultura e Desportos em Santa Catarina. Atuou como assessor na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD).

Deu a lume a 59 livros, 165 capítulos de livros e 419 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

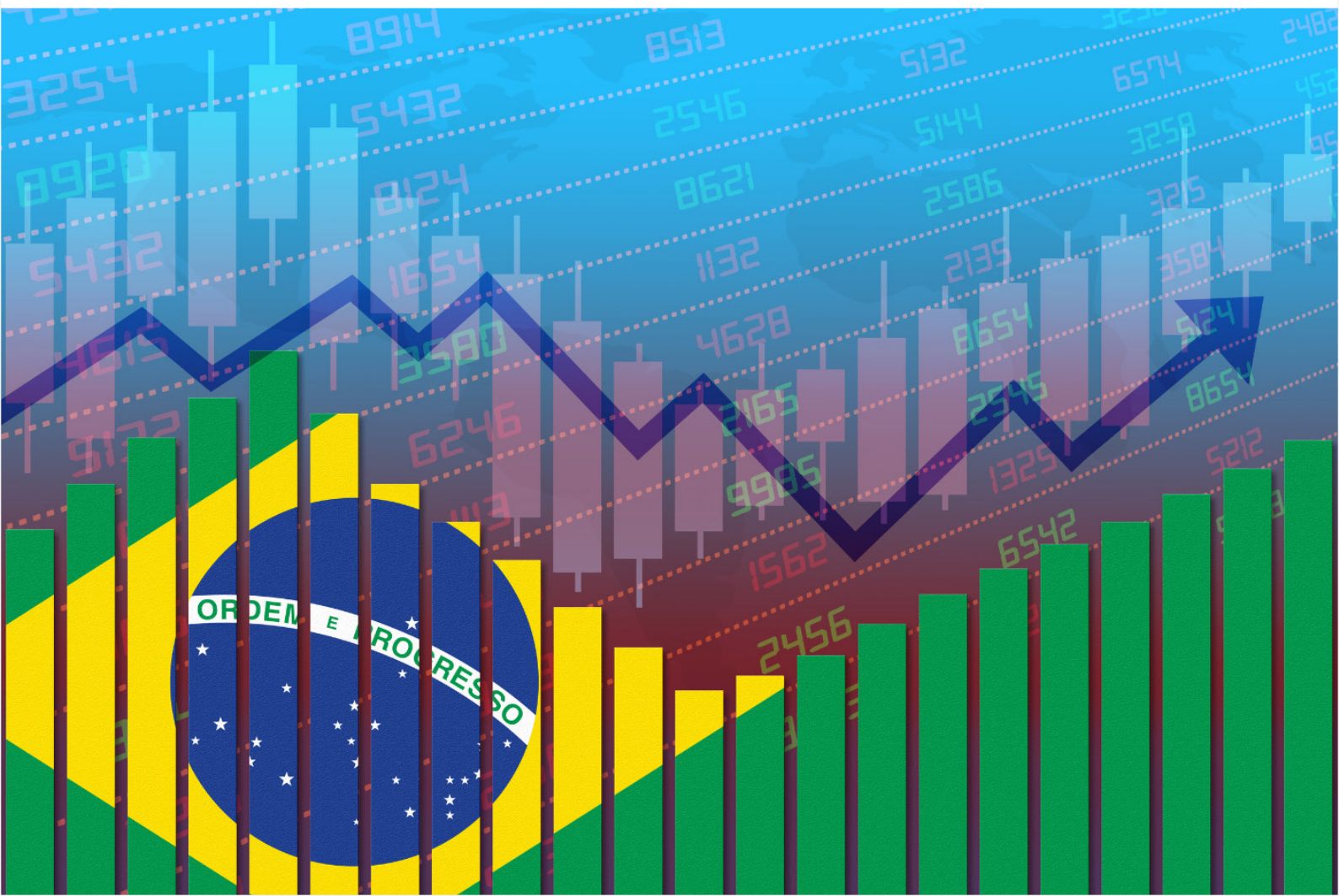
SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	11
FILOSOFIA DA ECONOMIA: abordagem introdutória	
 CAPÍTULO 2.....	 26
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: conceituação e implicações interdisciplinares	
 CAPÍTULO 3.....	 40
INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: uma breve discussão	
 CAPÍTULO 4.....	 53
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: compromisso institucional	

1

FILOSOFIA DA ECONOMIA: abordagem introdutória

Philosophy of economics: introductory approach



RESUMO

O estudo tem como objetivos apresentar uma introdução crítica à Filosofia da Economia, explorando suas principais correntes e debates; analisar a relação entre economia e filosofia, destacando como as questões epistemológicas, ontológicas e éticas moldam o pensamento econômico, bem como refletir sobre o impacto das escolhas filosóficas na construção do conhecimento econômico. A abordagem metodológica foi a qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. O método utilizado envolve a análise de textos clássicos e contemporâneos que tratam da Filosofia da Economia, bem como estudos que exploram as interfaces entre economia, epistemologia e ética. Embora a economia aspire à cientificidade, suas limitações metodológicas e a influência de fatores sociais e históricos exigem uma abordagem mais crítica e interdisciplinaridade. O estudo conclui a necessidade de avançar em estudos sobre a relação entre ética e economia, os impactos filosóficos da globalização e os desafios da inteligência artificial na tomada de decisões econômicas, temas que merecem aprofundamento.

Palavras-chave: Filosofia da economia. Ontologia econômica. Epistemologia econômica. Modelagem econômica. Racionalidade limitada.

ABSTRACT

The study aims to present a critical introduction to the Philosophy of Economics, exploring its main currents and debates; to analyze the relationship between economics and philosophy, highlighting how epistemological, ontological and ethical issues shape economic thought, as well as to reflect on the impact of philosophical choices on the construction of economic knowledge. The methodological approach was qualitative, based on a bibliographic review. The method used involves the analysis of classic and contemporary texts that deal with the Philosophy of Economics, as well as studies that explore the interfaces between economics, epistemology and ethics. Although economics aspires to scientificity, its methodological limitations and the influence of social and historical factors require a more critical and interdisciplinary approach. The study concludes that there is a need to advance studies on the relationship between ethics and economics, the philosophical impacts of globalization and the challenges of artificial intelligence in economic decision-making, topics that deserve further study.

Keywords: Philosophy of economics. Economic ontology. Economic epistemology. Economic modeling. Bounded rationality.

1 INTRODUÇÃO

A Filosofia da Economia se configura em subárea epistêmica que busca compreender os fundamentos epistemológicos, ontológicos e éticos da Ciência Econômica. Embora a economia seja tradicionalmente estudada como uma disciplina técnica voltada para a alocação de recursos escassos, suas bases filosóficas são essenciais para a compreensão das premissas que sustentam modelos econômicos, teorias e políticas.

Desde os escritos de Adam Smith e Karl Marx até os desenvolvimentos contemporâneos da economia comportamental e institucional, a Filosofia da Economia investiga questões fundamentais, como a natureza da racionalidade dos agentes, o papel dos valores morais nas decisões econômicas e os limites do conhecimento econômico.

Dessa forma, a relevância da Filosofia da Economia reside na sua capacidade de questionar e esclarecer os pressupostos que orientam a teoria e a prática econômica, fornecendo uma perspectiva crítica sobre os paradigmas adotados ao longo da história do pensamento econômico.

A Filosofia da Economia apresenta uma série de indagações que cientistas buscam resolver através de várias correntes de pensamento. A reflexão do tema economia é antigo, com estaque sobre a produção, o consumo, distribuição e a troca.

A economia, enquanto disciplina, frequentemente se apresenta como uma ciência exata, baseada em modelos matemáticos e previsões quantitativas. No entanto, essa abordagem ignora aspectos fundamentais da economia enquanto ciência social, incluindo a influência das ideologias, as limitações dos agentes econômicos e os impactos éticos das escolhas individuais e coletivas.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios e contribuições da Filosofia da Economia para o desenvolvimento do pensamento econômico?

Assim, a justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre os fundamentos filosóficos da economia, de modo a fomentar uma visão mais crítica e reflexiva sobre as políticas econômicas e suas implicações sociais. Além disso, a interseção entre economia e filosofia possibilita um diálogo mais profundo sobre questões como justiça distributiva, bem-estar social e sustentabilidade, contribuindo para a formulação de abordagens mais holísticas e inclusivas no campo econômico.

Os objetivos deste estudo são: apresentar uma introdução crítica à Filosofia da



Economia, explorando suas principais correntes e debates; analisar a relação entre economia e filosofia, destacando como as questões epistemológicas, ontológicas e éticas moldam o pensamento econômico, bem como refletir sobre o impacto das escolhas filosóficas na construção do conhecimento econômico.

A abordagem metodológica foi a qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. O método utilizado envolve a análise de textos clássicos e contemporâneos que tratam da Filosofia da Economia, bem como estudos que exploram as interfaces entre economia, epistemologia e ética. A pesquisa, conduzida a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscou integrar conceitos filosóficos ao estudo das teorias econômicas.

Destarte, compreende-se que diferentes greis filosóficas influenciam a formulação de conceitos econômicos, bem como os desafios e limitações impostos por essas influências. A metodologia adotada buscou permitir a identificação de argumentos críticos e reflexivos que questionam a suposta neutralidade da ciência econômica, evidenciando o papel das escolhas metodológicas e conceituais na construção do conhecimento econômico.

Assim sendo, ao cumprir alcançar os objetivos propostos espera-se contribuir para o aprofundamento do debate sobre os fundamentos da economia, incentivando uma visão mais crítica e reflexiva sobre a disciplina.

Este estudo se propõe a demonstrar que a Filosofia da Economia não é um campo abstrato e/ou secundário, mas um elemento essencial na busca da compreensão das dinâmicas econômicas e de suas implicações para a sociedade.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 FILOSOFIA DA ECONOMIA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

A Filosofia da Economia é um campo de estudo que investiga os fundamentos conceituais, metodológicos e normativos da ciência econômica, buscando compreender as bases epistemológicas, ontológicas e éticas. Essa disciplina questiona os pressupostos subjacentes aos modelos e teorias econômicas, além de explorar suas implicações no desenvolvimento da sociedade.

Para Hausman (1992), a Filosofia da Economia tem o propósito de analisar criticamente os conceitos fundamentais da economia, examinando a validade das explicações econômicas, os métodos empregados e os juízos normativos presentes nas decisões econômicas. Esse olhar filosófico permite não apenas uma maior compreensão sobre como a economia funciona, mas também sobre suas limitações

e os desafios epistemológicos e éticos envolvidos em sua formulação.

A economia, como disciplina científica, busca descrever e explicar os fenômenos relacionados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, frequentemente utilizando modelos matemáticos e quantitativos para estruturar previsões e análises. No entanto, a Filosofia da Economia questiona se esses modelos são representações adequadas da realidade ou se são simplificações excessivas que podem distorcer a compreensão dos fenômenos econômicos.

De acordo com Friedman (1953), um modelo econômico deve ser avaliado por sua capacidade preditiva, independentemente da veracidade de suas premissas. Essa visão instrumentalista contrasta com as perspectivas mais realistas, como a de Lawson (1997), que defende que os modelos econômicos devem refletir as estruturas reais subjacentes aos fenômenos econômicos e não apenas gerar previsões acuradas.

Outro ponto central da Filosofia da Economia é a natureza da racionalidade econômica. A teoria econômica tradicional baseia-se na suposição de que os agentes tomam decisões racionais para maximizar sua utilidade, um princípio fundamental da teoria da escolha racional (Becker, 1976).

O conceito de racionalidade limitada, introduzido por Simon (1955), demonstra que os indivíduos frequentemente tomam decisões baseadas em heurísticas e vieses cognitivos, em vez de processos estritamente racionais. Isso levou ao desenvolvimento da economia comportamental, que investiga como fatores psicológicos influenciam o comportamento econômico (Thaler; Sunstein, 2008).

A perspectiva apresentada desafia a visão tradicional da economia como uma ciência puramente objetiva e quantitativa, destacando a necessidade de incorporar *insights* das ciências cognitivas e sociais na análise econômica.

Além das questões epistemológicas e metodológicas, a Filosofia da Economia também se preocupa com aspectos normativos, como a relação entre economia e ética. Questões como a justiça distributiva, a equidade no acesso a recursos e a moralidade dos mercados são fundamentais para a reflexão filosófica sobre a economia.

A Teoria da Justiça de Rawls (1971), argumenta que a distribuição de bens deve ser organizada de modo a beneficiar os menos favorecidos, um princípio que se contrapõe a visões mais libertárias, como a de Nozick (1974), que defende a primazia dos direitos de propriedade e da liberdade individual na estruturação da economia. Essas discussões são centrais para compreendermos o papel do Estado na economia e os limites da intervenção governamental nas relações de mercado.

A relação entre Filosofia e Economia tem raízes profundas na história do pensamento ocidental. Desde a Antiguidade, filósofos têm se debruçado sobre ques-



tões econômicas refletindo sobre a natureza da troca, do valor e da justiça. Aristóteles (2009), discute na obra *“Ética a Nicômaco”* sobre a distinção entre a economia voltada para a satisfação das necessidades e a crematística, que busca a acumulação de riqueza pelo simples acúmulo. Essa distinção é fundamental para a compreensão das críticas filosóficas ao capitalismo e à mercantilização das relações sociais.

Durante a Idade Média, pensadores como Tomás de Aquino (2003), abordaram a economia dentro de um contexto teológico, discutindo a moralidade do lucro e o conceito de preço justo. Com o advento da economia clássica nos séculos XVII e XVIII, pensadores como Adam Smith e David Ricardo começaram a sistematizar a economia como disciplina científica, mas sem perder a conexão com a filosofia moral e política.

Na obra de Adam Smith (1981), *“A Riqueza das Nações”*, o autor argumenta que a busca individual pelo interesse próprio pode resultar em benefícios coletivos, um princípio que ficou conhecido como a “mão invisível do mercado”. No entanto, no livro *“A Teoria dos Sentimentos Morais”* (1759), Smith enfatizou a importância da moralidade nas relações econômicas, como exposto em sua obra anterior,

O alemão Karl Marx (2013), por sua vez, desenvolveu uma crítica filosófica ao capitalismo, argumentando que a economia política clássica ignorava as contradições inerentes ao sistema de produção capitalista, como a exploração da força de trabalho e a alienação dos trabalhadores. Sua teoria do valor-trabalho e sua análise da luta de classes continuam sendo temas centrais nos debates filosóficos sobre economia.

A Filosofia da Economia também se ocupa de questões ontológicas, como a natureza dos fenômenos econômicos e sua relação com outras esferas da realidade social. Uma das principais discussões nesse campo diz respeito ao determinismo e ao indeterminismo nos processos econômicos. Alguns economistas argumentam que a economia segue leis universais e previsíveis, enquanto outros defendem que os fenômenos econômicos são profundamente contingentes e dependentes de fatores históricos e sociais.

Para Sen (2009), a economia não pode ser reduzida a um conjunto de regularidades matemáticas, pois envolve escolhas humanas, valores e contextos institucionais que desafiam a objetividade absoluta.

Outro debate relevante é a relação entre economia e políticas públicas. A Filosofia da Economia questiona até que ponto a intervenção estatal é necessária para corrigir falhas de mercado e promover o bem-estar social.

Na visão de Hayek (1944), a interferência governamental excessiva pode com-

prometer a liberdade individual e levar a consequências econômicas desastrosas. Já Keynes (1936), defende que o Estado deve desempenhar um papel ativo na economia para garantir estabilidade e crescimento sustentável. Essas visões divergentes refletem diferentes concepções filosóficas sobre o papel do governo e a natureza do mercado.

Nos últimos anos, novas questões filosóficas emergiram na economia, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e à economia digital. A crise ambiental e as mudanças climáticas levantam dilemas éticos sobre o crescimento econômico e a responsabilidade intergeracional.

A economia deve incorporar considerações ambientais e contabilizar os custos das externalidades negativas, desafiando a lógica tradicional da maximização do lucro (Stern, 2007). Da mesma forma, a ascensão da inteligência artificial e da automação levanta questionamentos filosóficos sobre o futuro do trabalho e a distribuição da riqueza em uma sociedade cada vez mais digitalizada (Brynjolfsson; McAfee, 2014).

Dessa forma, observa-se que a Filosofia da Economia emerge da construção de uma reflexão crítica sobre os pressupostos, métodos e impactos da ciência econômica. Hasuman (1992) compreende, nesse sentido, que ela busca explorar questões epistemológicas, ontológicas e normativas, de modo que permita um entendimento mais profundo dos desafios e das possibilidades da economia contemporânea.

A Filosofia da Economia continua sendo uma área essencial para compreender o funcionamento e as limitações da economia como ciência e como prática social. Na análise dos modelos econômicos, na investigação da racionalidade dos agentes e na discussão sobre justiça social e sustentabilidade, a Filosofia da Economia se faz presente nas discussões.

2.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS FILOSÓFICAS NA ECONOMIA

A Filosofia da Economia é um campo que busca compreender os fundamentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos das teorias e práticas econômicas. Ao longo da história, diversas correntes filosóficas influenciaram a maneira como os economistas interpretam e modelam os fenômenos econômicos.

Várias pensadores e diferentes visões moldaram o pensamento econômico e continuam a influenciar debates sobre política econômica, metodologia e justiça social. Dentre essas abordagens, destacam-se o positivismo e o empirismo que defendem a primazia dos métodos científicos na economia. O racionalismo enfatiza o papel da lógica e da dedução no conhecimento econômico, o pragmatismo



que valoriza a aplicabilidade das teorias econômicas na resolução de problemas concretos e a crítica marxista analisa a economia sob uma perspectiva política e histórica.

O positivismo e o empirismo exerceram forte influência na economia moderna, principalmente a partir do século XIX. O positivismo, concebido por Auguste Comte (2008), propõe que o conhecimento verdadeiro deve basear-se em fatos observáveis e verificáveis, rejeitando explicações metafísicas e especulativas. Essa visão foi incorporada pela economia neoclássica, que buscou estabelecer a economia como uma ciência exata, fundamentada em métodos quantitativos e estatísticos.

John Stuart Mill ([1874] 2006), por exemplo, argumentava que a economia deveria seguir os moldes das ciências naturais, aplicando a indução como forma de inferir leis econômicas, a partir da observação de padrões empíricos. Essa abordagem influenciou o marginalismo e a Teoria do Equilíbrio Geral de Léon Walras ([1874] 1954), que procurava modelar o comportamento dos agentes econômicos e os mecanismos de mercado com base em princípios matemáticos e dados empíricos.

No século XX, o positivismo lógico do Círculo de Viena reforçou a necessidade de uma economia baseada em verificabilidade e linguagem formalizada (Carnap, 1934). Um dos principais expoentes da Escola de Chicago, Milton Friedman (1953), argumentava que a validade de uma teoria econômica não deveria ser julgada por sua aderência à realidade, mas sim por sua capacidade de prever corretamente os fenômenos econômicos. Essa visão instrumentalista, embora tenha reforçado o uso de modelos econométricos, também gerou críticas por desconsiderar aspectos institucionais e sociais da economia. Apesar dessas limitações, a abordagem positivista e empírica permanece dominante em muitas áreas da pesquisa econômica contemporânea, especialmente na formulação de políticas baseadas em evidências.

Em contraposição ao empirismo, o racionalismo na economia enfatiza a primazia da razão e da dedução lógica na construção do conhecimento econômico. Inspirado por filósofos como Descartes ([1641] 2008) e Leibniz ([1714] 1989), o racionalismo argumenta que as leis econômicas podem ser derivadas de axiomas lógicos, sem necessidade de extensa verificação empírica. Essa abordagem influenciou a Escola Austríaca, representada por Carl Menger ([1871] 2007), Ludwig von Mises (1949) e Friedrich Hayek (1945), que defendiam que a economia deveria ser fundamentada em praxeologia, ou seja, na análise lógica da ação humana. Mises (1949) argumentava que os fenômenos econômicos não podem ser estudados com os mesmos métodos das ciências naturais, pois envolvem escolhas subjetivas e intencionais dos indivíduos.

Outro aspecto fundamental do racionalismo na economia é a Teoria dos Jo-

gos, desenvolvida por John Von Neumann e Oskar Morgenstern ([1944] 2007). Essa abordagem utiliza raciocínio dedutivo para modelar interações estratégicas entre agentes econômicos, assumindo que eles tomam decisões com base na maximização de sua utilidade. A racionalidade econômica, nesse sentido, não é apenas um pressuposto teórico, mas um princípio estruturante das análises microeconômicas e macroeconômicas contemporâneas.

No entanto, críticos como Simon (1957) e Kahneman (2011) argumentam que a racionalidade econômica pura não reflete o comportamento real dos agentes, que muitas vezes tomam decisões com base em heurísticas e emoções. Essa crítica levou ao desenvolvimento da economia comportamental, que busca integrar *insights* da psicologia na análise econômica.

O pragmatismo, por sua vez, adota uma abordagem mais flexível e prática da economia, enfatizando a aplicabilidade das teorias na resolução de problemas concretos. Influenciado por filósofos como Charles Peirce ([1878] 1992), William James ([1907] 2014) e John Dewey ([1929] 2008), o pragmatismo rejeita dicotomias rígidas entre teoria e prática, argumentando que o conhecimento econômico deve ser avaliado por sua utilidade e capacidade de produzir efeitos benéficos na sociedade.

Esse enfoque se reflete na economia institucionalista de John Commons (1934) e Thorstein Veblen ([1899] 1998), que criticavam a abstração excessiva dos modelos econômicos tradicionais e defendiam uma análise mais integrada das instituições e do comportamento econômico.

O pragmatismo econômico tem ganhado força no debate sobre políticas públicas, especialmente em questões como desigualdade, desenvolvimento sustentável e regulação do mercado financeiro. John Maynard Keynes ([1936] 2018) também pode ser considerado um economista pragmatista, pois sua teoria geral não se baseia em axiomas fixos, mas na adaptação das políticas econômicas às circunstâncias históricas e sociais. Krugman e Obstfeld (2009) e Stiglitz (2012), por exemplo, argumentam que os modelos econômicos devem ser usados como ferramentas heurísticas, e não como descrições exatas da realidade, enfatizando a necessidade de uma abordagem pragmática na formulação de políticas econômicas.

A dialética materialista, desenvolvida por Marx e Friedrich Engels ([1848] 2010), propõe que as relações econômicas não são naturais ou imutáveis, mas resultam de processos históricos de dominação e resistência.

A crítica marxista, por outro lado, analisa a economia sob uma perspectiva histórica e política, enfatizando as relações de poder e a luta de classes como elementos centrais do funcionamento econômico. Marx ([1867] 2013) argumentava que a economia capitalista não pode ser compreendida isoladamente de suas ba-

ses sociais e históricas, pois está estruturada em torno da exploração do trabalho e da acumulação de capital.

Essa abordagem influenciou diversas correntes do pensamento econômico, incluindo a economia política marxista e a Teoria da Dependência, desenvolvida por autores como Frank (1967) e Furtado (1974). Esses economistas argumentam que o subdesenvolvimento econômico não é uma fase transitória, mas uma consequência estrutural da inserção desigual dos países periféricos na economia global.

A crítica marxista também inspirou análises contemporâneas sobre neoliberalismo e financeirização, como as de David Harvey (2005) e Nancy Fraser (2013), que destacam as contradições entre a lógica do mercado e a justiça social.

2.3 QUESTÕES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS NA ECONOMIA

A economia, como ciência social, possui uma base filosófica que envolve questões ontológicas e epistemológicas fundamentais para a compreensão de seus fenômenos. As discussões sobre a natureza dos eventos econômicos, a atuação dos agentes e a modelagem teórica são centrais para o entendimento do alcance e das limitações da ciência econômica (Ioannidis; Stanley, 2017).

A ontologia econômica busca compreender a essência dos fenômenos econômicos, analisando são determinados por leis universais ou se são contingentes e influenciados por fatores imprevisíveis. Por outro lado, a epistemologia da economia investiga os critérios de validade do conhecimento econômico, questionando até que ponto as teorias e modelos conseguem representar a realidade. Essas questões são fundamentais para definir a abordagem metodológica da economia e estabelecer seu grau de cientificidade (Rodrik, 2015).

No que se refere à natureza dos fenômenos econômicos, a dicotomia entre determinismo e indeterminismo tem sido um debate constante. O determinismo econômico sugere que os fenômenos da economia seguem leis universais e previsíveis, assemelhando-se às ciências naturais. Esse ponto de vista foi influenciado pelo pensamento de economistas clássicos, como Adam Smith ([1776], 2023), para quem o mercado opera por meio de uma “mão invisível”, garantindo um equilíbrio natural entre oferta e demanda.

Essa perspectiva determinista foi reforçada pelo pensamento neoclássico, que desenvolveu modelos matemáticos para prever o comportamento dos agentes econômicos. A crença na previsibilidade dos fenômenos econômicos também encontra respaldo no positivismo lógico, cuja influência levou a economia a buscar precisão científica na formulação de suas leis (Friedman, 1953).

No entanto, o caráter indeterminado dos fenômenos econômicos tem sido cada vez mais reconhecido, especialmente no contexto das incertezas do mercado e da influência de fatores sociais e políticos. Keynes (1936), foi um dos primeiros economistas a argumentar que a economia não poderia ser reduzida a modelos deterministas, pois os agentes tomam decisões sob incerteza radical. O conceito de incerteza keynesiana contrasta com a ideia de risco probabilístico, pois sugere que, em muitos casos, não há como prever racionalmente e os desdobramentos de uma decisão econômica.

A complexidade dos sistemas econômicos, o impacto de choques externos e a volatilidade dos mercados reforçam a ideia de que a economia é um sistema aberto e suscetível a eventos não previstos (Davidson, 1996). Dessa forma, a economia contemporânea tem incorporado elementos do pensamento caótico e da complexidade para lidar com a imprevisibilidade dos fenômenos econômicos (Arthur, 1994).

O papel dos agentes econômicos e sua racionalidade limitada são questões centrais na filosofia da economia. A teoria econômica neoclássica parte do pressuposto de que os indivíduos agem racionalmente para maximizar sua utilidade, um conceito derivado da teoria da escolha racional. Essa visão, no entanto, tem sido amplamente contestada, especialmente com o avanço da economia comportamental. Simon (1955), introduziu o conceito de racionalidade limitada, argumentando que os indivíduos não possuem capacidade cognitiva ilimitada para avaliar todas as opções disponíveis, tomando decisões com base em heurísticas e regras de bolso.

A perspectiva de Simon tem sido aprofundada por estudiosos como Kahneman e Tversky (1979). Os autores demonstraram, por meio de experimentos, que os agentes frequentemente tomam decisões influenciadas por vieses cognitivos e emoções. Além disso, a racionalidade dos agentes deve ser compreendida dentro de um contexto social e institucional.

A Teoria dos Jogos, desenvolvida por Nash (1950), mostrou que as interações entre agentes não são meramente individuais, mas dependem das estratégias adotadas por outros participantes do mercado.

A nova economia institucional, representada por autores como North (1990), argumenta que as instituições desempenham um papel fundamental na configuração das escolhas dos agentes, reduzindo incertezas e estabelecendo regras que moldam o comportamento econômico. Assim, a visão tradicional do *homo economicus* tem sido substituída por uma compreensão mais dinâmica e contextualizada da ação econômica.

A modelagem econômica e os desafios do realismo científico são questões



epistemológicas relevantes na economia. O uso de modelos matemáticos tem sido uma característica marcante da disciplina desde o final do século XIX, quando os economistas começaram a adotar ferramentas da física para descrever os fenômenos econômicos. No entanto, a validade dessas modelagens tem sido amplamente debatida, uma vez que a economia lida com variáveis sociais, culturais e psicológicas que nem sempre podem ser representadas por equações formais (Rodrik, 2015).

A validade de uma teoria econômica não deve ser julgada pelo realismo de suas premissas, na visão de Friedman (1953), mas sim pela capacidade de prever fenômenos empíricos. Essa posição instrumentalista, no entanto, tem sido criticada por economistas heterodoxos, que apontam os limites das previsões baseadas em modelos simplificados.

A abordagem realista crítica tem Lawson (1997), como um de seus representantes. O autor sustenta que os modelos econômicos frequentemente ignoram as estruturas sociais subjacentes que determinam os resultados observáveis, tornando-se excessivamente formais e distantes da realidade. Essa crítica sugere que a economia precisa desenvolver abordagens mais abertas e interdisciplinares, incorporando metodologias qualitativas e considerando a influência de fatores históricos e institucionais.

Os desafios do realismo científico na economia se manifestam na dificuldade de replicação de resultados empíricos e na limitação dos experimentos controlados. Diferentemente das ciências naturais, onde é possível isolar variáveis em laboratório, a economia lida com fenômenos sociais que são altamente contextuais e dinâmicos.

A crise da replicabilidade, evidenciada em diversas áreas das ciências sociais, tem levantado questionamentos sobre a confiabilidade dos estudos econômicos baseados em métodos estatísticos convencionais (Ioannidis *et al.*, 2017). Isso reforça a necessidade de uma abordagem filosófica mais crítica em relação à epistemologia da economia, considerando a complexidade dos fenômenos estudados e os limites dos métodos empregados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se explorar a interseção entre filosofia e economia, abordando questões ontológicas e epistemológicas fundamentais para a compreensão do pensamento econômico.

As tradição neoclássica e positivista defende a previsibilidade dos eventos econômicos, baseando-se em modelos matemáticos, leis universais e abordagens

heterodoxas. A teoria econômica tradicional, historicamente fundamentada no *homo economicus*, apresenta decisões econômicas influenciadas por vieses cognitivos, emoções e restrições informacionais. A discussão sobre modelagem econômica e os desafios do realismo científico implica no uso de modelos matemáticos no desenvolvimento da economia como disciplina científica, sua aplicabilidade e capacidade de previsão permanecem limitadas.

A economia, tratada como uma ciência exata, enfrenta desafios inerentes no estudo de fenômenos sociais complexos e multifacetados. A crise da replicabilidade em ciências sociais e as dificuldades em testar hipóteses econômicas de forma controlada reforçam a necessidade de metodologias flexíveis e adaptáveis à complexidade dos fenômenos econômicos. Isso reforça a necessidade de diálogo interdisciplinar entre economia, psicologia e ciências sociais, para compreensão dos processos decisórios e suas implicações em políticas públicas e estratégias de mercado.

As contribuições deste estudo esbarram em algumas limitações que devem ser reconhecidas. A abordagem filosófica da economia é vasta e multifacetada, a presente pesquisa não esgota todas as perspectivas existentes. Questões como a relação entre ética e economia, os impactos filosóficos da globalização e os desafios da inteligência artificial na tomada de decisões econômicas são temas que merecem maior aprofundamento.

Sugere-se, portanto, que estudos futuros explorem essas dimensões, incorporando abordagens empíricas e comparativas que possam enriquecer a compreensão do papel da filosofia na economia contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- BECKER, G. S. **The economic approach to human behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. **The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- CARNAP, R. **Philosophy and logical syntax**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- COMMONS, J. R. **Institutional economics: its place in political economy**. New York: Macmillan, 1934.
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Edipro, 2008.



- DAVIDSON, P. Reality and economic theory. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 18, n. 4, p. 479-508, 1996.
- DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DEWEY, J. **The middle Works, 1899-1924, volume 9: democracy and education**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2008.
- ENGLES, F. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRASER, N. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013.
- FRIEDMAN, M. **The methodology of positive economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- HARVEY, D. **A brief history of neoliberalismo**. Oxford: Orford University Press, 2005.
- HAUSMAN, D. M. **The inexact and separate science of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. **The American Economic Review**, v. 35, n. 4., p. 519-530, 1945.
- IOANNIDIS, J. P. A.; STANLEY, T. D. The power of bias in economics research. **The Economic Journal**, v. 127, n. 605, p. F236-F265, 2017.
- JAMES, W. **Pragmatism: a new name for some old was of thiking**. London: Fogotten Books, 2014.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, 1979.
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest, and money**. London: Macmillan, 1936.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 2018.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. Londres: Pearsons Universidades, 2009
- LAWSON, T. **Economics and reality**. London: Routledge, 1997.
- LEIBNIZ, G. W. F. **Philosophical essays** Indiana: Hacket Publishing Company, 1989
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENGER, C. **Principles of economics**. Califórnia: CreasteSpace Pub, 2007
- MILL, J. S. **Autobiografia**. Tradução Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras,

2006

MISES, L von. **Human action**: a treatise on economics. New halen: Yale University Press, 1949.

NASH, J. Non-cooperative games. **Annals of Mathematics**, v. 54, n. 2, p. 286-295, 1950.

NEUMENN, J. von; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behavior**. Londres: Interbooks, 2007.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambri-dge: Cambridge University Press, 1990.

NOZICK, R. **Anarchy, state, and utopia**. New York: Basic Books, 1974.

PEIRCE, C. **The essential Peirce**: selected philosophical writings by Charles S Peirce (1992-11-01). Indiana:Indiana University Press, 1992.

RAWLS, J. **A Theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RODRIK, D. **Economics rules**: the rights and wrongs of the dismal science. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

SEN, A. **The idea of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Econo-mics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SMITH, A. **A Teoria dos Sentimentos Morais**. 1759.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1981.

STERN, N. **The economics of climate change**: the stern review. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

STIGLITZ, J. **The price of inequality**. New York: W. W. Norton, 2012.

THALER, R.; SUNSTEIN, C. **Nudge**: improving decisions about health, wealth, and ha-ppiness. New Haven: Yale University Press, 2008.

TOMÁS DE AQUINO (santo). **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2003.

VEBLEN, T. **Thorstein Veblen in the twenty-first century**: a commemoration of the theory of the leisure class (1899-1999). Londres: Edward Elgar Pub, 1998.

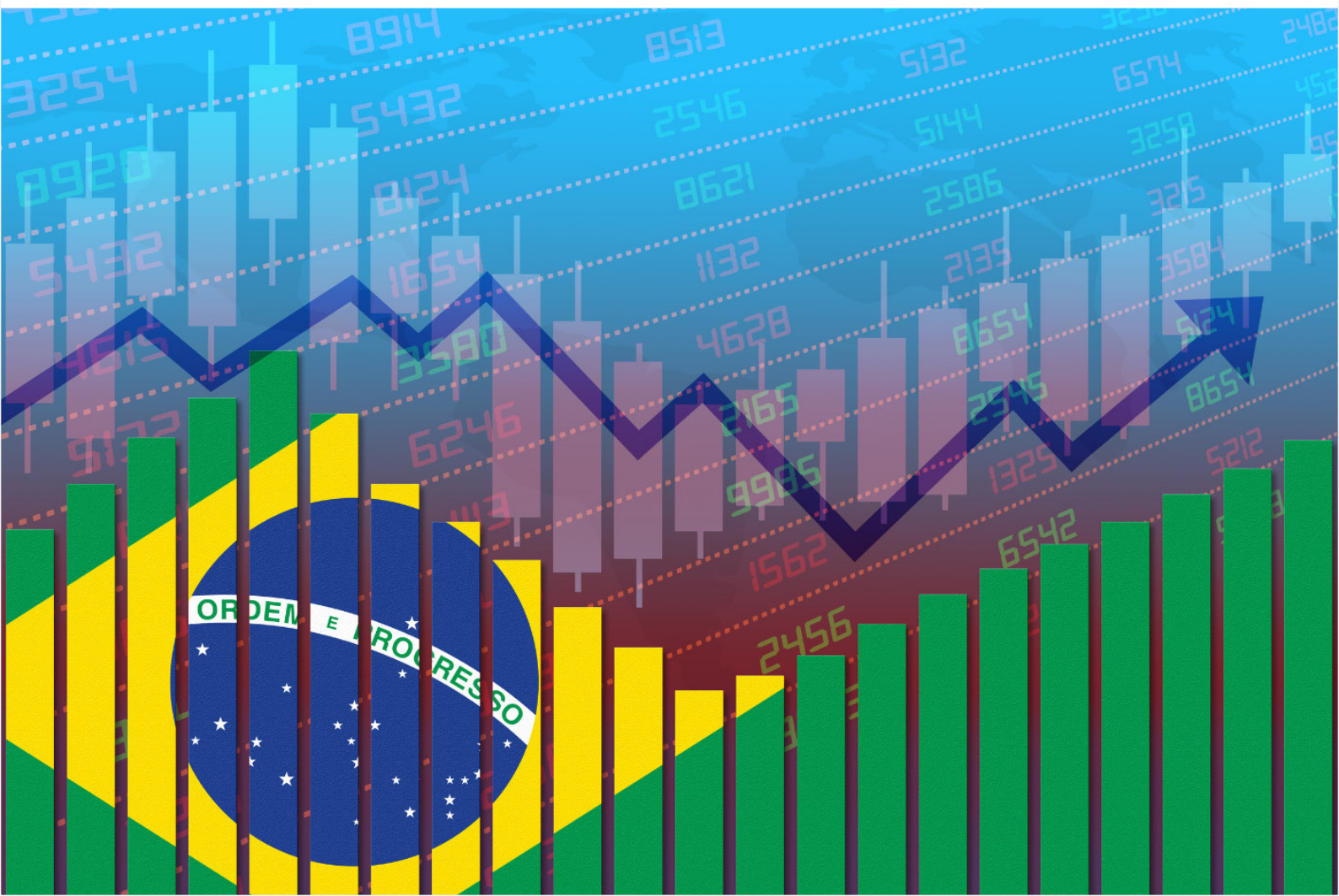
WALRAS, L. **Elements of pure economics**: the theory of social wealth. New York: August M Kelley Pubs Publisher, 1954.



2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: conceituação e implicações interdisciplinares

Economic development: conceptualization and interdisciplinary implications



RESUMO

Artigo com objetivo de discutir as diferentes concepções de desenvolvimento econômico e analisar suas implicações interdisciplinares. o artigo explora os impactos da desigualdade, sustentabilidade e inovação na trajetória do desenvolvimento econômico. Trata-se de pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica por meio da análise de artigos acadêmicos, livros e relatórios de organismos internacionais sobre o tema do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico permanece sendo um campo dinâmico e fundamental para a formulação de políticas públicas e estratégias de crescimento sustentável. O crescimento sustentável e equitativo exige a formulação de políticas integradas, que conciliem inovação, inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento institucional. A integração de economias emergentes nas cadeias globais de valor, aliada a políticas que promovam inovação e sustentabilidade. Conclui-se que este estudo reforça a importância de abordagens integradas e inovadoras para enfrentar os desafios contemporâneos do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Globalização; Economias emergentes; Sustentabilidade; Inovação.

ABSTRACT

This article aims to discuss the different concepts of economic development and analyze their interdisciplinary implications. The article explores the impacts of inequality, sustainability and innovation on the trajectory of economic development. This is a qualitative study, a bibliographic review through the analysis of academic articles, books and reports from international organizations on the subject of economic development. Economic development remains a dynamic and fundamental field for the formulation of public policies and strategies for sustainable growth. Sustainable and equitable growth requires the formulation of integrated policies that reconcile innovation, social inclusion, environmental preservation and institutional strengthening. The integration of emerging economies into global value chains, combined with policies that promote innovation and sustainability. It is concluded that this study reinforces the importance of integrated and innovative approaches to face the contemporary challenges of economic development.

Keywords: Economic development; Globalization; Emerging economies; Sustainability; Innovation.



1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico se configura em um dos temas centrais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo abordado por diversas disciplinas, como a Economia, a Sociologia, a Ciência Política e a Administração Pública. Sua relevância reside no fato de que não se trata apenas de um crescimento quantitativo da riqueza de uma nação, mas de um processo que envolve melhorias qualitativas na qualidade de vida da população, redução das desigualdades e promoção da sustentabilidade ambiental.

Historicamente, observa-se que as nações que alcançaram elevados níveis de desenvolvimento econômico foram aquelas que, além de expandirem suas atividades produtivas, promoveram o avanço em aspectos sociais, institucionais e tecnológicos. A interconexão entre esses fatores faz com que o conceito de desenvolvimento econômico seja de natureza multidimensional e interdisciplinar.

A relevância desse tema se intensifica no contexto contemporâneo, no qual o mundo enfrenta desafios como o agravamento das desigualdades sociais, as crises econômicas recorrentes e as mudanças climáticas.

A pandemia da Covid-19 evidenciou as fragilidades dos sistemas econômicos globais e reforçou a necessidade de uma abordagem mais sustentável e equitativa para o crescimento econômico.

Em face disso, torna-se essencial compreender as diversas dimensões que compõem o desenvolvimento econômico e como diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para a formulação de soluções eficazes para os desafios contemporâneos.

A justificativa para este estudo se baseia na necessidade de ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento econômico e suas múltiplas dimensões. A literatura acadêmica e as políticas públicas frequentemente tratam do desenvolvimento a partir de indicadores tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB), sem considerar de forma aprofundada os impactos sociais, ambientais e institucionais do crescimento econômico.

Dessa forma, uma abordagem interdisciplinar se faz necessária para compreender de maneira mais completa os desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento. Além disso, há uma crescente demanda por estudos que explorem as interseções entre economia, política, tecnologia e meio ambiente, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: como as diferentes aborda-

gens interdisciplinares podem contribuir para uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento econômico e para a formulação de políticas mais eficazes?

O tema emerge da percepção de que as discussões sobre o desenvolvimento muitas vezes são reduzidas a aspectos meramente econômicos, desconsiderando suas conexões com fatores sociais, políticos e ambientais. Para responder a essa questão, este artigo busca examinar o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva interdisciplinar, explorando como diferentes campos do conhecimento podem se complementar para oferecer uma visão mais holística sobre o tema.

A problemática que orienta esta pesquisa se insere em um contexto mais amplo de debates sobre as limitações dos modelos tradicionais de desenvolvimento e a busca por novas abordagens que consideram as múltiplas interações entre economia e sociedade. Historicamente, o desenvolvimento foi frequentemente associado ao crescimento econômico, sendo medido por indicadores quantitativos como o PIB e a renda per capita. No entanto, essa visão tem sido criticada por sua incapacidade de refletir a realidade social e ambiental das nações. Estudos recentes indicam que o desenvolvimento deve ser analisado sob uma perspectiva mais ampla, que leve em conta a distribuição da riqueza, a qualidade dos serviços públicos, os níveis de educação e saúde, a sustentabilidade ambiental e a estabilidade política.

Nesse sentido, a metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica, qualitativa, por meio da análise de artigos acadêmicos, livros e relatórios de organismos internacionais sobre o tema do desenvolvimento econômico. Essa abordagem permite identificar as principais teorias e debates sobre o assunto, bem como compreender como diferentes disciplinas contribuem para a compreensão do desenvolvimento.

Outtrossim, a pesquisa adota perquirição interdisciplinar, examinando como a Economia, a Sociologia, a Ciência Política e Gestão Ambiental, interagem para oferecer uma visão mais abrangente do fenômeno. A interdisciplinaridade é essencial para compreensão das complexas interações entre crescimento econômico, desigualdade social, sustentabilidade ambiental e governança política, permitindo a elaboração de soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas.

Destarte, o objetivo deste artigo consiste em discutir as diferentes concepções de desenvolvimento econômico e analisar suas implicações interdisciplinares.

O artigo se divide em abordar conceitos fundamentais, como a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, ademais dos precípuos indicadores utilizados para mensurar o desenvolvimento. Em seguida, analisou-se o papel de diferentes áreas do conhecimento na formulação de estratégias para o desenvolvi-

mento econômico, destacando as contribuições da economia, da política, da sociologia e dos estudos ambientais. Por fim, refletiu-se sobre os desafios e perspectivas do desenvolvimento econômico no século XXI, considerando aspectos como a globalização, as mudanças tecnológicas, a desigualdade social e a sustentabilidade ambiental.

Ao longo do texto, espera-se demonstrar que o desenvolvimento econômico é um fenômeno complexo que vai além do crescimento da produção e da renda. Trata-se de um processo que envolve transformações estruturais nas sociedades, exigindo uma abordagem interdisciplinar para compreender seus diversos aspectos.

Logo, a contribuição deste estudo reside na articulação entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma análise mais aprofundada do desenvolvimento econômico e subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Dessa forma, o artigo busca contribuir para os debates acadêmicos e políticos sobre o tema, oferecendo subsídios para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um conceito central nos estudos sobre economia, política e sociedade, sendo frequentemente confundido com o crescimento econômico. No entanto, enquanto o crescimento econômico refere-se ao aumento quantitativo da produção de bens e serviços em um determinado período, geralmente mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB). O desenvolvimento econômico tem uma abrangência maior, incorporando aspectos qualitativos, como melhoria na qualidade de vida da população, redução das desigualdades sociais, acesso a educação e saúde, entre outros fatores (Sen, 1999).

Dessa forma, compreender os fundamentos do desenvolvimento econômico exige uma análise mais aprofundada sobre suas diferenciações conceituais, os indicadores que o mensuram e as principais teorias que sustentam sua interpretação.

A distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico é fundamental para compreendermos as complexas dinâmicas socioeconômicas que influenciam a organização das sociedades modernas. De acordo com Todaro e Smith (2015), o crescimento econômico pode ser entendido como o aumento da capacidade pro-

ductiva de uma economia ao longo do tempo, resultante de fatores como o investimento em capital, aumento da força de trabalho e avanço tecnológico. No entanto, esse crescimento não necessariamente se traduz em melhoria das condições de vida da população.

O desenvolvimento econômico, por sua vez, é um processo mais abrangente que envolve mudanças estruturais na economia e na sociedade, refletindo-se na distribuição mais equitativa da renda, na redução das taxas de pobreza e no fortalecimento de instituições políticas e sociais. Sen (1999), argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades humanas, indo além do simples crescimento da renda *per capita*. Para ele, a ampliação das capacidades dos indivíduos – como acesso à educação, à saúde e a oportunidades econômicas – é um fator essencial para a definição do desenvolvimento.

Para mensurar o desenvolvimento econômico, diversos indicadores são utilizados, sendo o PIB um dos mais tradicionais. O PIB mede o valor total dos bens e serviços finais produzidos em uma economia durante um determinado período e, historicamente, tem sido usado como principal parâmetro para avaliar o crescimento econômico de um país.

No entanto, como apontam Stiglitz *et al.* (2010), o PIB apresenta limitações, pois não considera a distribuição da renda, a degradação ambiental e o bem-estar da população. Dessa forma, indicadores alternativos têm sido propostos para complementar essa análise.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca capturar aspectos mais amplos do desenvolvimento, combinando indicadores de renda, educação e longevidade (UNDP, 1990). O IDH varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior desenvolvimento humano.

O Coeficiente de Gini é amplamente utilizado para medir a desigualdade na distribuição da renda dentro de um país. Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, esse indicador varia de 0 a 1, onde 0 representa uma distribuição de renda perfeitamente igualitária e 1 indica extrema desigualdade (Gini, 1921).

Existem outros índices, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Felicidade Bruta, que têm sido empregados para oferecer uma visão holística sobre o desenvolvimento econômico, incorporando fatores sociais e ambientais.

Ao longo da história do pensamento econômico, diversas teorias foram formuladas para explicar o desenvolvimento econômico, cada uma delas refletindo diferentes visões sobre os determinantes desse processo.

As teorias clássicas, representadas por autores como Adam Smith, David Ri-



cardo e Thomas Malthus, enfatizam a importância da acumulação de capital, da especialização produtiva e da livre concorrência como motores do crescimento econômico (Smith, 1776; Ricardo, 1817; Malthus, 1798).

A teoria da modernização, por sua vez, argumenta que o desenvolvimento ocorre à medida que as sociedades transitam de economias agrárias para economias industriais e urbanizadas, seguindo o modelo dos países ocidentais desenvolvidos (Rostow, 1960).

No paradigma estruturalista, outra abordagem é defendida por pensadores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, que destacam o papel das estruturas econômicas e sociais no desenvolvimento, argumentando que os países periféricos enfrentam desafios sistêmicos que dificultam seu progresso (Prebisch, 1949; Furtado, 1961). Essa visão influenciou políticas de industrialização por substituição de importações adotadas em diversos países latino-americanos no século XX.

Já as teorias do desenvolvimento endógeno, como as propostas por Romer (1986) e Lucas (1988), enfatizam a importância do capital humano, da inovação tecnológica e das externalidades positivas para o crescimento sustentável. Essas abordagens sugerem que investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento podem gerar retornos crescentes, promovendo um desenvolvimento econômico sustentado.

Em contraponto, a teoria da dependência, desenvolvida por pensadores como André Gunder Frank e Theotonio dos Santos, argumenta que a estrutura da economia global perpetua a desigualdade entre países centrais e periféricos, tornando o desenvolvimento uma tarefa difícil para nações em desenvolvimento (Frank, 1967; Santos, 1970).

Por fim, as abordagens contemporâneas do desenvolvimento sustentável buscam integrar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) (UN, 2015).

Diante dessas perspectivas, para Santos (1970), torna-se evidente que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado apenas por meio de variáveis econômicas tradicionais. Ele exige uma abordagem interdisciplinar que leve em conta fatores sociais, políticos e ambientais.

A evolução dos indicadores e das teorias sobre desenvolvimento reflete a necessidade de compreendermos esse fenômeno de maneira mais ampla, buscando estratégias que promovam crescimento econômico aliado à melhoria das condições de vida da população.

Dessa forma, o estudo do desenvolvimento econômico permanece sendo um campo dinâmico e fundamental para a formulação de políticas públicas e estraté-

gias de crescimento sustentável.

2.2 IMPLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um fenômeno complexo que transcende a esfera estritamente financeira, interligando-se com dimensões sociais, ambientais, políticas e tecnológicas. A evolução das economias não pode ser analisada de forma isolada, pois seus impactos reverberam nas mais diversas áreas da sociedade.

Schumpeter (1982) destaca que o crescimento econômico depende da inovação e do dinamismo do mercado, mas fatores estruturais, como instituições políticas e sustentabilidade ambiental, são igualmente determinantes. Assim, compreender as implicações interdisciplinares do desenvolvimento econômico torna-se essencial para a formulação de políticas e estratégias eficazes.

A dimensão social do desenvolvimento econômico se manifesta na qualidade de vida e na inclusão social. O crescimento do PIB não é um indicador suficiente para mensurar o bem-estar da população, pois não reflete a distribuição equitativa da riqueza. Sen (2000), argumenta que o desenvolvimento deve ser avaliado a partir da expansão das liberdades individuais e do acesso a oportunidades.

Dessa forma, políticas públicas voltadas para a educação, saúde e redução das desigualdades são fundamentais para garantir que o progresso econômico beneficie amplamente a população. Estudos demonstram que países com altos índices de desenvolvimento humano, como os escandinavos, possuem economias robustas aliadas a sistemas de bem-estar social eficientes (Piketty, 2014).

No entanto, em diversas nações em desenvolvimento, a desigualdade persiste como um entrave significativo. De acordo com dados do World Bank Group, a concentração de renda aumentou globalmente nas últimas décadas, intensificando as disparidades sociais e dificultando a ascensão econômica das camadas mais vulneráveis (WBG, 2022).

A relação entre desigualdade social e desenvolvimento econômico é um tema amplamente debatido na literatura. Kuznets (1955), propôs a hipótese de que a desigualdade aumenta nas fases iniciais do desenvolvimento econômico e tende a se reduzir à medida que a economia se consolida. No entanto, autores contemporâneos questionam essa teoria, destacando que, sem políticas redistributivas, a desigualdade pode se perpetuar e até mesmo se agravar (Stiglitz, 2012).

O crescimento econômico baseado na exploração de mão de obra barata e na concentração de capital gera um ciclo vicioso de pobreza e exclusão, enquanto modelos que priorizam a equidade social tendem a promover um desenvolvimento



mais sustentável e resiliente.

A inclusão social, por sua vez, não se limita ao acesso ao mercado de trabalho, mas envolve a garantia de direitos fundamentais, como habitação, saneamento e segurança alimentar, elementos que impactam diretamente a produtividade e o potencial econômico de uma nação (Rawls, 2001).

Além dos aspectos sociais, a dimensão ambiental do desenvolvimento econômico tem se tornado um dos temas centrais nas discussões globais. O modelo tradicional de crescimento, baseado na exploração intensiva de recursos naturais, tem demonstrado ser insustentável a longo prazo. A degradação ambiental, as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade são algumas das consequências desse modelo (Sachs, 2015).

A sustentabilidade surge, então, como um desafio e uma solução para o crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme definido pelo Relatório *Brundtland* (UN, 1987), propõe um equilíbrio entre progresso econômico, justiça social e preservação ambiental. Entretanto, a implementação desse modelo enfrenta desafios, como resistência política e econômica, além da necessidade de mudanças estruturais significativas nos sistemas produtivos.

A economia verde e a transição energética representam caminhos viáveis para conciliar crescimento econômico e sustentabilidade. A adoção de fontes renováveis de energia, como solar e eólica, além da implementação de práticas produtivas mais eficientes, tem o potencial de reduzir os impactos ambientais sem comprometer o desenvolvimento (Barbier, 2011).

No primeiro mundo, países como a Alemanha e a Dinamarca já avançaram na transição energética, demonstrando que políticas públicas bem estruturadas podem impulsionar o crescimento sustentável. Contudo, em economias emergentes, o desafio é ainda maior, pois a dependência de combustíveis fósseis e a falta de infraestrutura adequada dificultam a adoção de tecnologias limpas (Stern, 2007). O incentivo a investimentos sustentáveis, aliados a mecanismos de financiamento internacional pode ser o caminho para garantir que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira ecologicamente responsável.

A dimensão política e institucional do desenvolvimento econômico é um fator determinante para o sucesso das estratégias de crescimento. A atuação do Estado na economia tem sido alvo de intensos debates, oscilando entre modelos intervencionistas e neoliberais.

De acordo com North (1990), instituições sólidas são essenciais para garantir a estabilidade econômica e a segurança jurídica, criando um ambiente favorável para o investimento e o desenvolvimento. Países com instituições frágeis, marcados por corrupção e instabilidade política, tendem a enfrentar dificuldades no

crescimento econômico sustentável.

Para Acemoglu e Robinson (2012), instituições inclusivas, que garantem direitos de propriedade, transparência e participação democrática, favorecem o progresso econômico, enquanto instituições extrativistas concentram riqueza e restringem oportunidades, perpetuando desigualdades.

As políticas públicas e a regulação econômica são instrumentos fundamentais para equilibrar o mercado e garantir que o desenvolvimento ocorra de forma equitativa. Keynes (1936), defendia a intervenção do Estado para corrigir falhas de mercado e promover o pleno emprego. A escola neoliberal, representada por Friedman (1962), enfatizava a importância da livre iniciativa.

Na prática, a maioria dos países adota modelos híbridos, nos quais o Estado desempenha um papel regulador, estabelecendo normas ambientais, trabalhistas e fiscais para garantir um crescimento sustentável. O sucesso de políticas públicas depende, no entanto, da capacidade de implementação e fiscalização.

Em países como Brasil e Índia, a burocracia excessiva e a falta de infraestrutura comprometem a efetividade das políticas econômicas, enquanto nações com forte governança, como Canadá e Suécia, conseguem alinhar crescimento econômico com qualidade de vida (Rodrik, 2012).

A dimensão tecnológica do desenvolvimento econômico tem se tornado cada vez mais relevante na era da digitalização e da Indústria 4.0. O progresso técnico é um dos principais motores do crescimento, impulsionando a produtividade e criando novas oportunidades de mercado (Schumpeter, 1982).

A inovação tecnológica tem o potencial de transformar setores inteiros da economia, aumentando a eficiência dos processos produtivos e reduzindo custos. No entanto, a adoção de novas tecnologias gera desafios, como a automação do trabalho e o aumento da desigualdade digital (Brynjolfsson e McAfee, 2014).

A Indústria 4.0 e a digitalização da economia estão redefinindo os paradigmas do desenvolvimento econômico. Tecnologias como a inteligência artificial, a *internet das coisas* e *big data* têm revolucionado a forma como empresas operam, aumentando a competitividade global (Schwab, 2016).

No entanto, a digitalização não ocorre de maneira uniforme e a falta de acesso à tecnologia em países subdesenvolvidos pode aprofundar as desigualdades existentes. A capacitação da força de trabalho para lidar com as novas demandas tecnológicas torna-se essencial para garantir que o desenvolvimento econômico seja inclusivo e sustentável.

Diante dessas perspectivas, fica evidente que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado de forma isolada. Barbier (2011) pontua que essas implicações interdisciplinares demonstram que o progresso econômico está diretamente



ligado a fatores sociais, ambientais, políticos e tecnológicos.

O crescimento sustentável e equitativo exige a formulação de políticas integradas, que conciliem inovação, inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento institucional. Assim, compreender o desenvolvimento econômico, a partir de uma abordagem interdisciplinar, torna-se essencial para a construção de sociedades mais justas e resilientes.

2.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SÉCULO XXI

No século XXI, o desenvolvimento econômico enfrenta uma série de desafios e oportunidades moldados por forças globais complexas. A globalização redefiniu as dinâmicas econômicas, enquanto as economias emergentes assumem papéis cada vez mais significativos no cenário internacional. Paralelamente, questões como desigualdade, sustentabilidade e inovação tornaram-se centrais nas discussões sobre o futuro econômico (Delgado, 2017).

A globalização, caracterizada pela intensificação das interconexões econômicas, políticas e culturais, transformou profundamente as relações internacionais. Stiglitz (2002), argumenta que embora a globalização tenha potencial para promover o crescimento econômico, ela também pode exacerbar desigualdades se não for adequadamente gerida.

No contexto brasileiro, estudos indicam que a inserção na economia global trouxe tanto oportunidades quanto desafios, exigindo políticas públicas que equilibrem competitividade internacional e desenvolvimento interno (Diniz, 2000).

As economias emergentes, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que fundaram e formam o BRICS, desempenham papel crescente na economia mundial. Bauman (2015) destaca que esses países não apenas aumentaram sua participação no comércio global, mas também influenciaram a governança econômica internacional. No entanto, sua ascensão vem acompanhada de desafios, incluindo a necessidade de diversificação econômica e enfrentamento de vulnerabilidades externas.

Delgado (2017) observa que o progresso científico e tecnológico nem sempre se traduz em redução das disparidades sociais, podendo, em alguns casos, ampliá-las. A desigualdade permanece uma preocupação central, isso ressalta a importância de políticas que promovam uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico.

A sustentabilidade também se destaca como um desafio premente. Sachs (2015) enfatiza a necessidade de um desenvolvimento que harmonize crescimento

econômico, equidade social e proteção ambiental. Nesse sentido, a inovação surge como um elemento crucial, permitindo a criação de soluções que atendam simultaneamente a esses objetivos. Olhando para o futuro, Reis Filho (2020) aponta para a importância de antecipar tendências e cenários, a fim de formular estratégias adaptativas.

A integração de economias emergentes nas cadeias globais de valor, aliada a políticas que promovam inovação e sustentabilidade, será fundamental para enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico no século XXI.

Em suma, a partir do que discute Reis Filho (2020), o desenvolvimento econômico contemporâneo é moldado por uma interação complexa de fatores globais e locais. A compreensão dessas dinâmicas, informada por uma análise interdisciplinar e fundamentada em contribuições acadêmicas, é essencial para a formulação de políticas eficazes e sustentáveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico é um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores interconectados, incluindo aspectos sociais, ambientais, políticos e tecnológicos. Ao longo deste artigo, buscou-se compreender não apenas a conceituação do desenvolvimento econômico, mas também suas implicações interdisciplinares, destacando a importância de abordagens integradas para a formulação de políticas eficazes.

Observou-se que, ao contrário da visão tradicional que associa desenvolvimento econômico exclusivamente ao crescimento do PIB, a literatura contemporânea enfatiza a necessidade de indicadores mais amplos, como a adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e métricas de desigualdade social e sustentabilidade ambiental.

A globalização emergiu como uma das forças mais influentes na configuração das dinâmicas econômicas do século XXI, promovendo a interdependência dos mercados e a disseminação de inovações, mas aprofundou desafios relacionados à desigualdade e à exclusão de determinados grupos sociais e regiões periféricas.

A interdisciplinaridade no estudo do desenvolvimento econômico revela-se fundamental para compreender as diversas interações entre os fatores que determinam o progresso das sociedades. A economia, isoladamente, não é capaz de fornecer respostas completas para os desafios contemporâneos do desenvolvimento. A incorporação de abordagens da sociologia, ciência política, geografia, estudos ambientais e ciências da tecnologia são altamente pertinentes

Por final, a pesquisa na área deve continuar avançando, fornecendo subsídios



teóricos e empíricos para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e economicamente dinâmicas.

REFERÊNCIAS

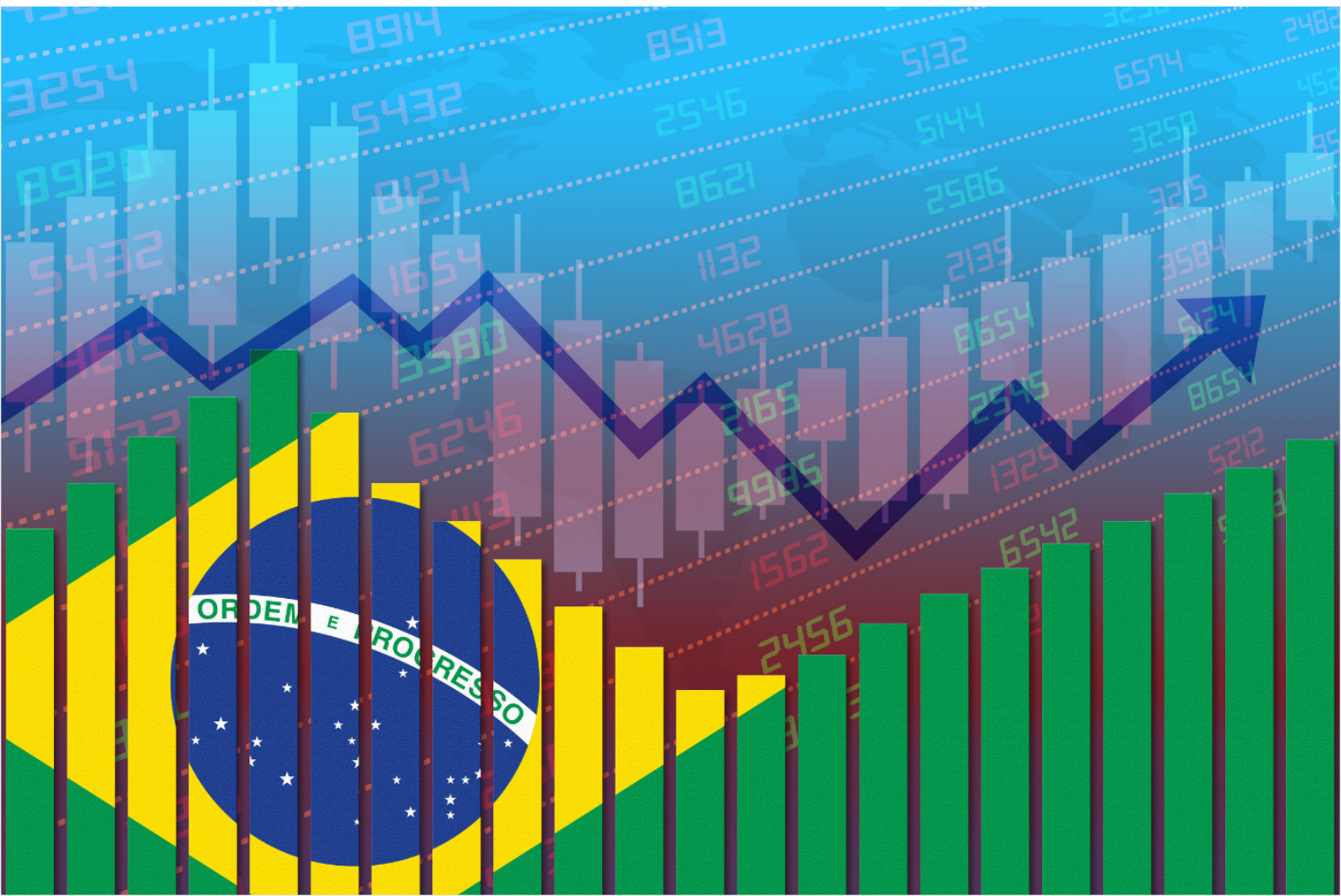
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BARBIER, E. B. **Capitalizing on nature: ecosystems as natural assets**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BAUMAN, R. **As economias emergentes e o cenário internacional**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7230/1/td_2235.PDF. Acesso em: 2 abr. 2025
- BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. **The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- DELGADO, G. C. Desigualdades sociais face ao desenvolvimento científico e tecnológico: antinomia ou problema histórico? **Ciênc. saúde colet.**, v. 22, n. 7, p. 2109-2118, 2017.
- DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 90**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GINI, C. Measurement of inequality of incomes. **The Economic Journal**, v. 31, n. 121, p. 124-126, 1921.
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest, and money**. Londres: Macmillan, 1936.
- KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.
- LUCAS, R E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988.
- MALTHUS, T. R. **An essay on the principle of population**. London: J. Johnson, 1798.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949.
- RAWLS, J. **Justice as fairness: a restatement**. Boston: Harvard University Press, 2001.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1817.
- RODRIK, D. **The globalization paradox: democracy and the future of the world economy**. Londres: W W. Norton & Company, 2012.
- ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.
- ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifest**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SACHS, J. **The age of sustainable development**. Columbia: Columbia University Press, 2015.
- SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.
- SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
- SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. 5. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2023.
- STERN, N. **The economics of climate change: the stern review**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J-P. **Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up**. New York: The New Press, 2010.
- STIGLITZ, J. **The price of inequality**. New York: W.W. Norton & Company, 2012.
- TODARO, M.; SMITH, S. **Economic development**. Boston: Pearson, 2015.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Human development report**. New York: Oxford University Press, 1990.
- UNITED NATIONS - UN. **Our common future**. New York: UN, 1987.
- UNITED NATIONS - UN. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, 2015.
- WORLD BANK GROUP - WBG. **Global Growth to Slow through 2023, Adding to Risk of 'Hard Landing' in Developing Economies**. Washington (D. C.): WBG, 2022.

3

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: uma breve discussão

Introduction to international political economics: a brief discussion



RESUMO

O objetivo do estudo foi apresentar um panorama introdutório da Economia Política Internacional, buscando fomentar a reflexão sobre a importância de uma abordagem interdisciplinar para a análise das relações econômicas e políticas internacionais. Como metodologia utilizou-se a pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, em publicações de renomados autores. A Economia Política Internacional desempenha papel fundamental na formulação de políticas públicas, estratégias empresariais e decisões institucionais. As diferentes abordagens nomeadas liberalismo, realismo e marxismo competem para oferecer as melhores explicações sobre os fenômenos econômicos e políticos contemporâneos. Nesse sentido, os debates emergentes sobre o tema do estudo refletem a complexidade e a interconectividade nos desafios globais contemporâneos. Conclui-se que as mudanças na estrutura do capitalismo global, considerando as novas formas de organização da produção e do consumo, a crescente importância das economias emergentes e a transição energética são temas que demandam abordagem interdisciplinar na economia internacional.

Palavras-chave: Economia política internacional; Globalização; Comércio internacional; Instituições financeiras; Geopolítica.

ABSTRACT

This article provides an introduction to International Political Economy (IPE), covering its theoretical foundations and the main contemporary debates. IPE is a field of study that investigates the relationship between economics and politics in the global context, analyzing topics such as globalization, economic interdependence, international trade, financial institutions, economic crises and geopolitical disputes. The article discusses the role of international institutions, such as the International Monetary Fund (IMF), the World Bank and the World Trade Organization (WTO), in regulating the global economy. It also explores the main epistemological approaches to IPE, as well as the challenges posed by protectionism, sustainability and the digital revolution. Based on contributions from classic and contemporary IPE authors, the study highlights the importance of an interdisciplinary approach to understanding the economic and political dynamics that shape the global scenario.

Keywords: International political economy; Globalization; International trade; Financial institutions; Geopolitics.



1 INTRODUÇÃO

A Economia Política Internacional (EPI), emerge no “*status*” de área de estudo essencial para compreender as interações entre política e economia no cenário global. Ao longo da história, as relações entre Estados, mercados e instituições internacionais moldaram profundamente as dinâmicas econômicas e políticas, influenciando desde o comércio e o desenvolvimento até questões geopolíticas e crises financeiras.

O estudo da EPI torna-se ainda mais relevante em um contexto de crescente interdependência entre nações, onde decisões econômicas não podem ser dissociadas de fatores políticos e estratégicos. A ascensão de novos atores no cenário global, como a China e outras economias emergentes, bem como o ressurgimento de políticas protecionistas em economias desenvolvidas, reforça a necessidade de uma análise crítica sobre os fundamentos e os desafios da economia política internacional.

No século XXI, a globalização intensificou as relações econômicas entre países, promovendo benefícios, mas também desafios significativos, como desigualdades econômicas, crises financeiras recorrentes e tensões comerciais. Nesse sentido, compreender os fundamentos da EPI permite analisar não apenas os mecanismos que regem as trocas comerciais e financeiras internacionais, mas também os fatores políticos e institucionais que influenciam as decisões econômicas e seus impactos em diferentes regiões do mundo.

A escolha deste tema para estudo, justifica-se pela sua centralidade na compreensão dos fenômenos contemporâneos que afetam a estabilidade da economia global. A crescente complexidade das cadeias de produção e o papel das corporações transnacionais demandam uma abordagem que avança além das análises puramente econômicas, incorporando elementos da política, do direito internacional e das relações internacionais.

A problemática que orienta este artigo pode ser resumida na seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a Economia Política Internacional contribui para a compreensão das dinâmicas econômicas e políticas globais?

Partindo dessa questão central, busca-se explorar os principais conceitos e abordagens teóricas da EPI, analisando sua importância para a interpretação das transformações no sistema econômico mundial. A EPI não é apenas uma área acadêmica de investigação, mas também um instrumento analítico fundamental para governos, organizações internacionais, empresas e pesquisadores que buscam compreender e antecipar tendências econômicas e políticas.

Um dos desafios centrais da disciplina de EPI reside na necessidade de integrar múltiplas perspectivas teóricas para lidar com a complexidade das relações internacionais e os constantes rearranjos do poder econômico no sistema global.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na necessidade de um aprofundamento crítico sobre os fundamentos da EPI, considerando sua influência sobre a formulação de políticas públicas, estratégias empresariais e decisões institucionais. Com o aumento das disputas comerciais, das tensões geopolíticas e dos desafios econômicos globais, torna-se fundamental compreender os principais atores e instituições que moldam o cenário internacional. Além disso, as crises financeiras, as disputas por recursos naturais e as mudanças climáticas são desafios globais que exigem soluções coordenadas entre os países, tornando imprescindível o entendimento das interações entre economia e política em nível internacional.

Destarte, colima-se introduzir e analisar brevemente os fundamentos da EPI, explorando suas principais abordagens teóricas, temas centrais e desafios contemporâneos. Ao longo da discussão, foram analisados conceitos fundamentais que estruturam essa área do conhecimento, como interdependência econômica, governança global, liberalismo, realismo e marxismo aplicados à economia política.

Ademais disso, busca-se refletir sobre a importância da EPI para a formulação de políticas econômicas e na compreensão dos impactos das decisões políticas sobre o comércio, os investimentos e o desenvolvimento econômico. Em um cenário caracterizado por rápidas transformações tecnológicas, instabilidades financeiras e novos desafios geopolíticos, a EPI assume um papel crucial na interpretação dos fenômenos econômicos e políticos contemporâneos.

A ascensão da China como potência econômica, a reorganização das cadeias produtivas globais e os impactos da pandemia de Covid-19 nas relações econômicas internacionais, são exemplos recentes de eventos que ressaltam a necessidade de uma abordagem integradora entre economia e política.

O crescimento de discursos nacionalistas e protecionistas em diversas partes do mundo desafia os princípios tradicionais do livre comércio e da globalização, levantando questionamentos sobre o futuro da ordem econômica internacional. O mundo ainda vivencia atender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS), um grande desafio para os Estados e a sociedade civil.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, em publicações (livros e artigos) de renomados autores sobre o tema.

Nesse contexto, este artigo busca oferecer uma introdução acessível, porém crítica, ao campo da EPI, enfatizando sua relevância para a compreensão das dinâmicas globais. Através da análise das principais correntes teóricas e dos deba-



tes mais atuais, pretende-se destacar como essa disciplina pode contribuir para a interpretação dos desafios contemporâneos e para a formulação de respostas estratégicas por parte dos Estados, das empresas e das instituições internacionais.

O objetivo do estudo foi apresentar um panorama introdutório da Economia Política Internacional, buscando fomentar a reflexão sobre a importância de uma abordagem interdisciplinar para a análise das relações econômicas e políticas internacionais.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A Economia Política Internacional (EPI) é um campo interdisciplinar que busca compreender a interação entre fatores políticos e econômicos no cenário global. Ao longo das últimas décadas, consolidou-se como uma área de estudo fundamental para analisar as relações entre Estados, mercados e instituições internacionais, fornecendo um arcabouço teórico e metodológico para interpretar os desafios contemporâneos da economia globalizada.

Diferentemente da economia tradicional, que se concentra nos mecanismos de mercado e em modelos quantitativos, a EPI reconhece que a economia está intrinsecamente ligada ao poder político e às decisões estratégicas dos Estados e de outros atores internacionais (Gilpin, 2001). Dessa forma, essa abordagem busca compreender as dinâmicas econômicas a partir de um viés político, investigando como os interesses nacionais, as ideologias e as estruturas institucionais moldam o funcionamento do sistema econômico global.

No contexto acadêmico, a EPI é tradicionalmente analisada a partir de três principais correntes teóricas: o realismo, o liberalismo e o marxismo. Cada uma dessas perspectivas oferece interpretações distintas sobre as relações econômicas internacionais, refletindo diferentes visões sobre o papel do Estado, do mercado e das instituições internacionais (Gilpin, 2001).

O realismo, por exemplo, enfatiza a centralidade do Estado e a competição entre as nações como elementos estruturantes das relações econômicas globais. Para os realistas, a economia está subordinada aos interesses políticos dos Estados, e as relações internacionais são caracterizadas por uma luta constante pelo poder e pela segurança nacional. Essa perspectiva tem raízes na tradição política de pensadores como Hans Morgenthau e, posteriormente, foi aplicada à economia política internacional por autores como Robert Gilpin, que argumenta que os Estados buscam maximizar seu poder econômico como forma de garantir sua posição no

sistema internacional (Gilpin, 2001).

Por outro lado, a corrente liberal da EPI apresenta uma visão mais otimista sobre as relações econômicas internacionais, enfatizando a importância da cooperação e das instituições internacionais na promoção do livre comércio e do desenvolvimento econômico.

Inspirado nos princípios do liberalismo econômico clássico de Adam Smith e David Ricardo, o pensamento liberal da EPI sustenta que a interdependência econômica entre os países tende a reduzir os conflitos e promover a estabilidade global.

Para Keohane e Nye (1974), o papel das instituições internacionais encontra-se na facilitação da cooperação entre os Estados e na mitigação dos efeitos negativos da anarquia do sistema internacional. A teoria da interdependência complexa, proposta por esses autores, argumenta que, na economia global contemporânea, os Estados estão cada vez mais conectados por meio de fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos, tornando a guerra econômica menos vantajosa e incentivando formas de governança global baseadas na cooperação.

A corrente teórica da EPI baseada no marxismo, oferece uma crítica estrutural ao sistema capitalista global e à forma como a economia internacional está organizada. Inspirado nas ideias de Marx, essa perspectiva argumenta que a economia política internacional deve ser analisada a partir da luta de classes e da exploração dos países periféricos pelos países centrais.

A teoria da dependência, desenvolvida por autores como Frank (1967), enfatiza que a economia global está estruturada de maneira desigual, beneficiando as economias desenvolvidas em detrimento das nações em desenvolvimento. Essa abordagem crítica também é explorada pela teoria do sistema-mundo de Wallerstein (1974), que propõe uma divisão entre centro, semiperiferia e periferia para explicar as desigualdades estruturais do capitalismo global.

A par dessas três grandes correntes epistêmicas, a EPI contemporânea incorpora outras abordagens críticas, como o institucionalismo, o construtivismo e a economia política feminista.

O institucionalismo, por exemplo, busca entender como as instituições internacionais moldam o comportamento dos Estados e dos agentes econômicos, enfatizando o papel de regras, normas e regimes internacionais na governança global. North (1990) argumenta que as instituições são fundamentais para reduzir a incerteza e os custos de transação na economia global, facilitando a cooperação e o desenvolvimento econômico. Já o construtivismo propõe que as estruturas da economia política internacional são socialmente construídas, ou seja, moldadas pelas ideias, valores e identidades dos atores envolvidos (Wendt, 1999).



A economia política feminista, por sua vez, desafia as abordagens tradicionais da EPI ao destacar como as relações de gênero influenciam a economia global e como as políticas econômicas frequentemente reproduzem desigualdades estruturais entre homens e mulheres.

As dinâmicas de poder na economia global muitas vezes inviabilizam o trabalho feminino na visão de Enloe (1990), reforçando hierarquias sociais baseadas no gênero. Essa abordagem é relevante para a compreensão das desigualdades no mercado de trabalho, nas cadeias de produção globais e no acesso ao desenvolvimento econômico.

No que se refere à definição da EPI, diferentes autores enfatizam distintos aspectos desse campo de estudo. Gilpin (2001) define a EPI como o estudo das relações entre poder e riqueza na economia global, analisando como as decisões políticas influenciam os fluxos econômicos internacionais e vice-versa. Keohane e Nye (1977) por outro lado, destacam que a EPI investiga as interações entre Estados e mercados, com especial atenção ao papel das instituições internacionais e da interdependência econômica. Para Strange (1988), uma das pioneiras da EPI, esse campo de estudo deve ir além da análise dos Estados e considerar também o papel das corporações transnacionais, das instituições financeiras e de outros atores não estatais que influenciam a economia global.

Diante desse panorama teórico, a EPI surge como uma disciplina essencial para a compreensão das dinâmicas econômicas e políticas globais. Seu caráter interdisciplinar permite a análise de temas como globalização, comércio internacional, crises financeiras, desenvolvimento econômico, desigualdade e governança global. Gilpin (2001) compreende que a EPI integra perspectivas da economia, relações internacionais, ciência política e sociologia, de modo a proporcionar uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos Estados e demais atores no sistema internacional.

Para o contexto recente, observa-se que a importância da EPI torna-se ainda mais evidente diante dos desafios contemporâneos, como a crescente rivalidade entre Estados Unidos e China, as disputas comerciais, o impacto das mudanças climáticas sobre a economia global e as transformações tecnológicas que reconfiguram o mercado de trabalho e os fluxos financeiros internacionais.

Nesse contexto, a EPI continua a desempenhar um papel fundamental na formulação de políticas públicas, estratégias empresariais e decisões institucionais, contribuindo para um entendimento mais sofisticado das interações entre economia e política no mundo atual.

2.2 ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS SOBRE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O campo da EPI é constituído por uma diversidade de abordagens epistemológicas que refletem distintas perspectivas sobre a natureza das relações económicas internacionais. Entre as principais correntes que estruturam a EPI destacam-se o liberalismo, o realismo e o marxismo, cada uma com suas premissas teóricas, metodológicas e implicações analíticas.

Cada uma dessas abordagens influenciam não apenas o desenvolvimento acadêmico da disciplina, mas também a formulação de políticas económicas e as estratégias de governança global adotadas por Estados e instituições internacionais.

No contexto acadêmico, a EPI é frequentemente debatida a partir dessas tradições teóricas, sendo objeto de intensas disputas epistemológicas que refletem concepções distintas sobre a natureza do sistema internacional e das interações económicas entre os Estados.

Para os liberais, a economia global é um espaço de cooperação e interdependência, no qual o comércio e os mercados desempenham um papel fundamental na promoção da prosperidade. Já os realistas enfatizam a centralidade do poder e dos interesses nacionais na definição das políticas económicas, enquanto os marxistas analisam as dinâmicas da economia internacional a partir das contradições inerentes ao capitalismo e das desigualdades estruturais entre os países (Gilpin, 2001; Waltz, 1979).

O liberalismo, uma das abordagens mais influentes na EPI, como apresentado anteriormente, tem suas raízes no pensamento de Adam Smith e David Ricardo, sendo posteriormente consolidado por Keohane (1984) e outros autores. Essa perspectiva enfatiza a importância das instituições internacionais, da cooperação económica e da interdependência como fatores que promovem a estabilidade e o crescimento económico global.

A tese central dos liberais é que a livre circulação de bens, serviços e capitais beneficia todas as nações, promovendo um equilíbrio eficiente e reduzindo as chances de conflitos entre os Estados (Keohane, 1984). Essa abordagem também está na base das políticas económicas neoliberais, que ganharam força a partir das décadas de 1970 e 1980, influenciando organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Os críticos dessa visão argumentam que o liberalismo subestima o papel do poder e das desigualdades estruturais na economia global. Segundo Gilpin (2001), a economia internacional não opera em um vácuo político, mas sim dentro de um sistema de poder no qual os Estados mais fortes moldam as regras do jogo em be-



nefício próprio.

Essa crítica encontra eco na tradição realista, que parte da premissa de que o sistema internacional é anárquico e que os Estados, como principais atores, agem de maneira racional para maximizar seus interesses nacionais. Para os realistas, a economia política internacional não pode ser compreendida sem levar em conta a competição pelo poder e pela influência global (Waltz, 1979). Essa visão é particularmente evidente em debates sobre segurança econômica, sanções comerciais e disputas por recursos naturais.

Dentre os realistas, Gilpin (2001) aprofunda sua análise argumentando que a economia mundial é marcada por uma constante luta entre os Estados pela hegemonia econômica e política. Para o autor, os Estados mais poderosos tendem a criar e manter um sistema econômico internacional que favorece seus próprios interesses, como se observou com a ascensão da economia estadunidense no pós-Segunda Guerra Mundial e a posterior globalização sob sua influência. Essa abordagem sugere que a interdependência econômica, ao contrário do que afirmam os liberais, pode ser assimétrica e reforçar relações de dominação entre países desenvolvidos e periféricos.

Não obstante, a tradição marxista na EPI oferece uma crítica mais estrutural às relações econômicas internacionais, destacando as contradições do capitalismo e a exploração econômica global.

Inspirados nas ideias de Karl Marx, Wallerstein, 1979; Cox, 1987, argumentam que a economia mundial é caracterizada por relações desiguais de poder e dominação, nas quais os países centrais impõem regras e condições que perpetuam a dependência e o subdesenvolvimento das economias periféricas.

A Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein (1979), por exemplo, propõe que a economia global é estruturada em torno de um núcleo capitalista dominante, que explora as regiões periféricas e semiperiféricas para manter uma posição privilegiada. Essa visão está intimamente ligada às teorias da dependência desenvolvidas na América Latina, que enfatizam a reprodução das desigualdades por meio de mecanismos como a dívida externa e os termos desiguais de troca (Santos, 1970). A abordagem marxista também se distingue das demais por enfatizar o papel das classes sociais na configuração da economia política internacional.

Para Cox (1987), a hegemonia no sistema mundial não é apenas uma questão de poder entre Estados, mas também um reflexo da luta entre classes e a imposição de uma determinada ordem econômica e ideológica.

Dessa forma, as instituições internacionais, ao contrário do que afirmam os liberais, não seriam mecanismos neutros de cooperação, mas sim instrumentos que reproduzem a dominação do capital sobre o trabalho. Essa perspectiva abre

espaço para análises críticas sobre o papel do neoliberalismo e das políticas de austeridade impostas por organismos internacionais a países em crise.

No contexto da economia política, essas diferentes abordagens têm implicações diretas sobre a formulação de políticas públicas e sobre a estruturação da ordem econômica global.

Os liberais defendem a desregulamentação dos mercados e a promoção do livre comércio como meios para alcançar o desenvolvimento econômico. Os realistas alertam para a necessidade de políticas protecionistas e estratégicas que garantam a segurança econômica dos Estados. Para os marxistas essas políticas estão longe de promoverem o bem-estar global, reforçam as desigualdades sociais e econômicas, e consolidam a exploração das economias periféricas pelas potências centrais (Wallerstein, 1979).

Assim sendo, o debate epistemológico dentro da EPI reflete, portanto, não apenas divergências teóricas, mas também disputas políticas sobre os rumos da economia global.

Soendergaard (2021) discute de forma clara a ascensão da China como potência econômica, as crises financeiras cíclicas e o crescimento do nacionalismo econômico como fenômenos que desafiam as concepções tradicionais da disciplina, exigindo uma abordagem mais dinâmica e integradora.

Dessa forma, compreende-se que a própria evolução da economia global, marcada pela digitalização e pela emergência de novas formas de trabalho, demandam novas reflexões sobre as limitações das teorias tradicionais e sobre a necessidade de incorporar perspectivas críticas e interdisciplinares ao estudo da EPI.

Diante disso, Soendergaard (2021), estabelece como um campo de conhecimento em constante transformação, no qual diferentes abordagens competem para oferecer as melhores explicações sobre os fenômenos econômicos e políticos contemporâneos.

2.3 PRINCIPAIS TEMAS E DEBATES NO CAMPO GLOBAL

A globalização e a interdependência econômica têm sido centrais nas discussões da EPI. Keohane (2977) e Nye (2010) introduziram o conceito de “interdependência complexa”, destacando como os Estados e outros atores estão conectados por múltiplos canais, resultando em relações que não são dominadas apenas pela força militar, mas também por laços econômicos e sociais. Essa interdependência implica que as ações de um país podem ter repercussões significativas em outros, tornando a cooperação internacional essencial para a estabilidade econômica global.

Nesse contexto, as instituições internacionais desempenham um papel crucial



na mediação das relações econômicas entre os países. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) foram estabelecidos para promover a estabilidade financeira, o desenvolvimento econômico e a liberalização do comércio, respectivamente.

Para uma das pioneiras na EPI Strange (1988), argumenta que essas instituições exercem “poder estrutural” ao moldar as regras e normas que governam a economia global, influenciando a capacidade dos Estados de perseguirem suas políticas econômicas nacionais.

O comércio internacional e os regimes econômicos associados são temas amplamente debatidos na EPI. Krugman (1991), por exemplo, contribuiu significativamente para a “nova teoria do comércio”, que explora como economias de escala e preferências por diversidade de produtos podem levar ao comércio entre países com estruturas econômicas semelhantes. Essa perspectiva desafia a visão tradicional de que o comércio é impulsionado apenas por diferenças comparativas entre nações.

As crises financeiras globais também são objeto de análise intensa na EPI. Acemoglu e Robinson (2012) destacam que instituições econômicas frágeis e políticas inadequadas podem exacerbar vulnerabilidades sistêmicas, levando a crises que afetam não apenas economias individuais, mas também a estabilidade global. A crise financeira de 2008, por exemplo, revelou interconexões profundas no sistema financeiro internacional e a necessidade de reformas regulatórias para prevenir colapsos futuros.

Para entender esses cenários, pontua-se sobre a ascensão da China como potência econômica transformou a ordem econômica global. Wallerstein (2004), em sua análise dos sistemas-mundo, sugere que mudanças na hegemonia econômica são características inerentes ao capitalismo global, com novas potências emergindo e desafiando a ordem estabelecida.

A crescente influência da China tem implicações significativas para as dinâmicas de poder e para as estruturas institucionais internacionais. O nacionalismo econômico e o protecionismo têm ressurgido em várias partes do mundo, desafiando os princípios do livre comércio.

Em suas contribuições ao liberalismo econômico, Keynes (1993), reconheceu em certos momentos a necessidade de medidas protecionistas para proteger economias nacionais de choques externos e desequilíbrios comerciais. Esse debate continua relevante, especialmente em um contexto de tensões comerciais e renegociações de acordos internacionais.

A sustentabilidade e a economia política do meio ambiente emergiram como áreas críticas na EPI. A interseção entre políticas econômicas e ambientais é fundamental para enfrentar desafios como as mudanças climáticas. Os acordos inter-

nacionais, como o Protocolo de *Kyoto* e o Acordo de Paris, refletem esforços para coordenar ações globais, embora enfrentem desafios relacionados à soberania nacional e aos interesses econômicos divergentes (Nye, 2010).

A tecnologia e seus impactos na governança econômica global também emergem como temas de crescente importância. A revolução digital transformou indústrias, mercados de trabalho e fluxos de capital.

O conceito de “poder cibernético” introduzido por Nye (2010), destaca como a tecnologia digital reconfigura as capacidades de atores estatais e não estatais, influenciando a distribuição de poder no sistema internacional. Nesse sentido, entende-se que os debates emergentes sobre a EPI refletem a complexidade e a interconectividade nos desafios globais contemporâneos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Política Internacional (EPI) configura-se como um campo de estudo fundamental para a compreensão das dinâmicas econômicas e políticas que estruturam as relações globais. Ao longo deste artigo, foram discutidas as principais abordagens epistemológicas da disciplina, destacando as perspectivas liberal, realista e marxista, cada uma oferece uma interpretação distinta sobre a interdependência econômica, a influência do poder estatal e as desigualdades estruturais na economia global.

As diferentes abordagens revelam que a EPI não é um campo homogêneo, mas sim um espaço de disputa teórica e metodológica, no qual distintas correntes buscam explicar os fenômenos internacionais, a partir de premissas variadas.

O estudo da EPI revelou novos desafios, refletindo sobre o impacto das transformações tecnológicas, das mudanças climáticas, do crescimento das economias emergentes e das crises financeiras recorrentes. A ascensão da China como potência econômica. O aumento do protecionismo e do nacionalismo econômico em várias partes do mundo desafia os princípios tradicionais do livre comércio e da globalização, levantando questionamentos sobre o futuro da ordem econômica internacional.

A EPI continua a ser um campo em desenvolvimento, exigindo novos estudos que aprofundem a análise dos desafios contemporâneos. Entre as sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de investigar o impacto da digitalização e da inteligência artificial na economia política global, analisando como essas inovações tecnológicas influenciam o comércio internacional, o emprego e a governança econômica.

Em epítome, é fundamental ampliar os estudos sobre as mudanças na es-



estrutura do capitalismo global, considerando as novas formas de organização da produção e do consumo, a crescente importância das economias emergentes e a transição energética também são temas que demandam uma abordagem interdisciplinar dentro da EPI.

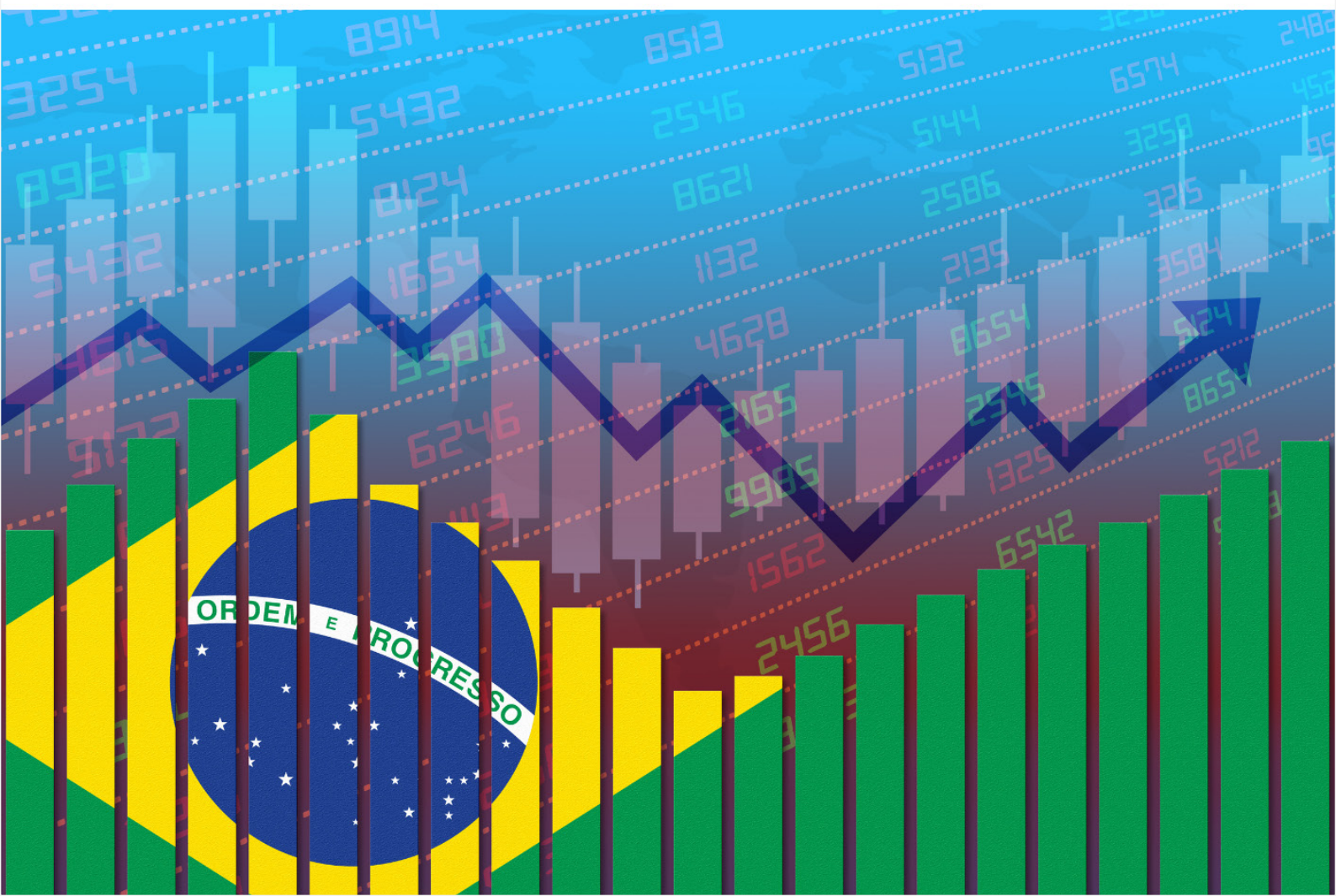
REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- COX, R. W. **Production, power, and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987.
- ENLOE, C. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- GILPIN, R. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- KEOHANE, R. O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.
- KEYNES, J. M. National self-sufficiency. **The Yale Review**, v. 22, n. 4, p. 755-769, 1933.
- KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NYE, J. S. **Cyber power**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2010. Disponível em: https://www.belfercenter.org/sites/default/files/pantheon_files/files/publication/cyber-power.pdf. Acesso em 28 mar. 2025.
- SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SOENDERGAARD, N. **Economia política global**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- STRANGE, S. **States and markets**. London: Pinter, 1988.
- WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. New York: Academic Press, 1974.
- WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

4

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: compromisso institucional

*Community university at the service of sustainable development:
institutional commitment*



RESUMO

O objetivo do estudo buscou analisar o compromisso institucional das universidades comunitárias com o desenvolvimento sustentável, destacando práticas e desafios nessa trajetória. Trata-se de uma revisão bibliográfica, qualitativa em estudos acadêmicos, documentos institucionais e relatórios internacionais sobre o tema de estudo. As universidades comunitárias se mostram espaços de inovação, onde a educação se conecta com as demandas sociais, culturais e ambientais de cada localidade. Ao focar em áreas vulneráveis e carentes das comunidades, as instituições desempenham papel crucial na luta contra a pobreza e na promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável. As universidades comunitárias têm o potencial de se tornarem agentes de transformação, educando para a sustentabilidade e atuando como modelo de boas práticas para as comunidades. Conclui-se que o papel das universidades comunitárias, no desenvolvimento sustentável, está na promoção da sustentabilidade nos ambientes interno e externo da instituição, e na construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

Palavras-chave: Universidades comunitárias; Desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade social.

ABSTRACT

The objective of the study was to analyze the institutional commitment of community universities to sustainable development, highlighting practices and challenges along this path. This is a qualitative bibliographic review of academic studies, institutional documents, and international reports on the topic of study. Community universities are spaces of innovation, where education connects with the social, cultural, and environmental demands of each location. By focusing on vulnerable and needy areas of communities, these institutions play a crucial role in the fight against poverty and in promoting equitable and sustainable development. Community universities have the potential to become agents of transformation, educating for sustainability and acting as a model of good practices for communities. The conclusion is that the role of community universities in sustainable development is to promote sustainability in the internal and external environments of the institution, and in building a more just and environmentally responsible society.

Keywords: Community universities; Sustainable development; 2030 Agenda, Sustainable Development Goals; Social responsibility.

1 INTRODUÇÃO

A universidade comunitária desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, consolidando-se como uma instituição que alia ensino, pesquisa e extensão à responsabilidade social. Em um contexto global de desafios ambientais, econômicos e sociais, a educação superior tem sido cada vez mais reconhecida como agente transformador na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

O compromisso institucional das universidades comunitárias com essa pauta se manifesta na implementação de políticas e práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, alinhadas às diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Nações Unidas Brasil, 2025).

O estudo se justifica pela crescente necessidade de integrar a sustentabilidade às diretrizes acadêmicas, de modo que o ensino superior não apenas forme profissionais qualificados, mas também cidadãos comprometidos com a responsabilidade socioambiental. Além disso, compreender os desafios enfrentados pelas universidades comunitárias na implementação de políticas sustentáveis é essencial para a construção de estratégias eficazes que reforcem sua atuação comunitária.

Diante dessa realidade, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira as universidades comunitárias podem fortalecer seu compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável e contribuir de forma efetiva para a transformação social?

Parte-se da hipótese de que universidades comunitárias que adotam políticas institucionais voltadas à sustentabilidade tendem a ter maior impacto no desenvolvimento local e na formação de profissionais engajados com a responsabilidade socioambiental. Outra hipótese sugere que a integração da sustentabilidade, às atividades acadêmicas, depende não apenas da vontade institucional, mas também de recursos financeiros, engajamento da comunidade acadêmica e parcerias estratégicas com setores públicos e privados.

Metodologicamente, este artigo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica, de estudos acadêmicos, documentos institucionais e relatórios internacionais sobre o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento sustentável. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, buscando identificar e analisar as principais iniciativas dessas instituições na promoção da sustentabilidade.

O objetivo geral do estudo foi analisar o compromisso institucional das universidades comunitárias com o desenvolvimento sustentável, destacando práticas



e desafios nessa trajetória.

Especificamente, buscou-se compreender como essas instituições incorporam a sustentabilidade em suas diretrizes acadêmicas, identificar exemplos de boas práticas e discutir os obstáculos enfrentados na implementação dessas iniciativas.

Ao longo do artigo, demonstrou-se que o fortalecimento desse compromisso pode gerar impactos positivos tanto no meio acadêmico quanto na comunidade em que a universidade está inserida, consolidando seu papel como agente de transformação social.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: HISTÓRICO E CONCEITOS

As universidades comunitárias no Brasil têm suas origens na década de 1960, em um contexto de crescente democratização do acesso ao ensino superior e de transformação das estruturas educacionais no país. As instituições surgiram como uma resposta da sociedade civil organizada à necessidade de uma educação superior que atendesse às demandas locais, levando em consideração as características sociais, culturais e econômicas das regiões em que estavam inseridas (Lopes *et al.*, 2023).

Com o advento da ditadura militar e o processo da centralização educacional, algumas comunidades e grupos sociais se mobilizaram para criar instituições de ensino superior que pudessem ser mais acessíveis e mais próximas da realidade de suas regiões. As universidades comunitárias surgiram como um movimento de resistência a essa centralização e como uma forma de garantir à população a possibilidade de participação ativa na construção do conhecimento e no desenvolvimento de suas regiões (Oliveira, 2012).

As universidades comunitárias podem ser conceituadas como instituições de ensino superior com uma forte ligação com a comunidade local, que buscam alinhar seus projetos acadêmicos e de pesquisa às necessidades regionais (Oliveira, 2012). Elas se distinguem das universidades públicas tradicionais pela sua gestão mais voltada para a comunidade e pela busca em promover a inclusão social, cultural e econômica dos seus estudantes e da população ao seu redor.

As universidades comunitárias se caracterizam por um modelo educacional que vai além da simples formação profissional, engajando-se em atividades de extensão, pesquisa aplicada e projetos sociais que atendem diretamente às demandas locais, como saúde, educação e meio ambiente. Assim, seu compromisso com

a comunidade vai muito além da educação formal, englobando um conjunto de ações que visam ao desenvolvimento sustentável e à transformação social.

Segundo Oliveira (2012), as universidades comunitárias no Brasil têm se destacado pelo seu papel no fortalecimento das economias locais e no desenvolvimento de uma cidadania ativa, que não se limita ao campo acadêmico, mas se expande para questões sociais e políticas. Elas são, portanto, não apenas formadoras de profissionais, mas também de cidadãos comprometidos com os processos de transformação de suas comunidades e a promoção de uma educação que leva em consideração as particularidades locais.

As universidades comunitárias apresentam características distintas em relação a outras instituições de ensino superior. Uma das suas principais características é a gestão compartilhada e a participação ativa da comunidade na tomada de decisões, o que permite uma maior adequação das suas atividades às necessidades locais. Além disso, elas costumam adotar um modelo pedagógico que privilegia a educação crítica, reflexiva e voltada para a solução de problemas sociais, com ênfase na interdisciplinaridade e na formação integral do estudante (Lopes *et al.*, 2023).

A presença de programas de extensão e a colaboração com organizações locais, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas e órgãos públicos são características que reforçam o compromisso social das universidades comunitárias.

A concepção de universidade comunitária no Brasil é reiterada por (Lopes *et al.*, 2023), afirmam estar em um processo de amadurecimento, sendo objeto de estudo e debate entre educadores, gestores e acadêmicos. As instituições buscam não apenas formar profissionais qualificados, mas também estimular a participação ativa da comunidade em processos de desenvolvimento.

A literatura aponta que essas instituições desempenham um papel crucial no fortalecimento do ensino superior e na promoção de um desenvolvimento mais justo e inclusivo, que leva em consideração a diversidade regional do país. As universidades comunitárias se mostram como espaços de inovação, onde a educação se conecta diretamente com as demandas sociais, culturais e ambientais de cada localidade, configurando-se como um importante vetor de mudança e inclusão social.

2.2 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

O papel social das universidades comunitárias está intimamente ligado à sua missão de atender e transformar as comunidades nas quais estão inseridas, princi-



palmente em um contexto de desigualdades socioeconômicas.

Ao contrário das universidades públicas, que são financiadas integralmente pelo Estado, e das privadas que dependem majoritariamente de recursos privados e das mensalidades pagas pelos discentes, as universidades comunitárias possuem uma estrutura híbrida (Perelman, 2016). As instituições geralmente buscam o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e o compromisso com o desenvolvimento social.

No modelo público e privado das universidades, em sua essência, visam a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. As universidades comunitárias se destacam por seu foco direto em práticas de transformação social e engajamento dos discentes com as questões locais.

As universidades públicas muitas vezes estão distantes das realidades locais e as privadas se concentram em áreas de maior poder aquisitivo, já as universidades comunitárias têm como missão contribuir para o desenvolvimento da região e olhar atento às necessidades de suas comunidades (Cunha; Silva, 2015).

A responsabilidade social das universidades comunitárias é um aspecto fundamental de sua identidade. Essas instituições possuem um compromisso claro com a promoção do bem-estar da população local, por meio de ações que avançam além da formação acadêmica. Elas desempenham um papel ativo na redução das desigualdades, oferecendo educação superior acessível e implementando projetos de extensão e pesquisa que buscam melhorar a qualidade de vida das comunidades em que estão inseridas.

De acordo com Perelman (2016), a universidade comunitária é caracterizada por sua inserção no cotidiano da sociedade, buscando formar profissionais qualificados que contribuam com soluções para os problemas locais, por meio de ações sociais que envolvam saúde, educação, cultura e sustentabilidade. Esse papel social vai ao encontro da missão de promover o desenvolvimento sustentável abarcando a justiça social, a equidade e a inclusão.

O impacto das universidades comunitárias é particularmente significativo em áreas de maior pobreza e miséria (Cunha; Silva, 2015). Nessas regiões, onde as carências educacionais e sociais são mais evidentes, as universidades comunitárias se tornam importantes centros de inclusão e transformação. Elas oferecem oportunidades educacionais para jovens e adultos que não teriam acesso ao ensino superior, contribuindo para a redução da desigualdade social e econômica.

As instituições ainda implementam projetos de extensão voltados para a melhoria das condições de vida local, como a realização de ações de saúde, empreendedorismo, apoio a pequenos produtores e preservação ambiental. Segundo Santos (2017), a universidade comunitária é um agente de mudança social fomen-

tando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução das disparidades regionais, promovendo impacto positivo no tecido social em áreas mais carentes.

A contribuição das instituições também ocorre na área da cultura de pertencimento e participação ativa das comunidades nas soluções para seus próprios problemas. A experiência compartilhada pelo grupo institucional (discentes, docentes e técnicos administrativos), envolvidos em projetos de extensão, fortalece os laços entre a academia e a sociedade criando um ambiente de troca de conhecimentos que beneficia ambas as partes.

De acordo com Cunha e Silva (2015), as universidades comunitárias atuam como um ponto de convergência entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais, sendo capaz de gerar resultados concretos para a melhoria da qualidade de vida, principalmente em regiões vulneráveis.

Para Santos (2017), a universidade comunitária consegue combinar a função de formação acadêmica com o compromisso direto no desenvolvimento local e social, representando uma importante ferramenta para a transformação da sociedade.

Ao focar em áreas mais vulneráveis e carentes das comunidades, as universidades comunitárias desempenham um papel crucial na luta contra a pobreza e na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

As universidades avançam no seu papel de retribuir as comunidades o resultados das pesquisas e em projetos de extensão soluções em sustentabilidade que tornem as comunidades ambiente de qualidade ambiental e qualidade de vida.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: BREVE REFLEXÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente debatido nas últimas décadas, principalmente devido à crescente preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos das atividades humanas no planeta.

Em 1987, o Relatório *Brundtland*, apresentava o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987; UN, 1987). Este princípio se baseia na ideia de equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental.

O desenvolvimento sustentável, não se limita a ações isoladas, mas envolve uma abordagem integrada que deve ser refletida nas políticas públicas, na gestão empresarial e, especialmente, na educação.



A educação superior, especialmente as oferecidas em universidades, desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável, pois se compromete além da formação de profissionais para o mercado de trabalho, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais consciente, responsável e justa.

As universidades, enquanto centros de pesquisa, ensino e extensão, são responsáveis por fomentar o conhecimento e práticas que respeitem e promovam a sustentabilidade (Souza *et al.*, 2015).

No contexto da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), as universidades são chamadas a alinhar suas ações aos ODS, uma vez que esses objetivos oferecem um marco global para a promoção do bem-estar humano e do cuidado com o meio ambiente (UNESCO, 2015).

A Agenda 2030, adotada por todos os Estados-membros da ONU, em 2015, compreende 17 ODS que buscam erradicar a pobreza, proteger o planeta, garantir a paz e a prosperidade para todos. A educação superior é considerada uma das principais ferramentas para a implementação desses objetivos, dado seu papel na disseminação de conhecimento e formação de cidadãos críticos, capazes de atuar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (UNESCO, 2015).

Diversas universidades no mundo têm implementado práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, tanto em termos de políticas internas quanto em projetos comunitários e acadêmicos. A Universidade de Lund, na Suécia, é um exemplo mundial de compromisso com sustentabilidade. É uma das primeiras instituições a integrar sustentabilidade como um valor central em sua missão. A universidade desenvolve projetos de pesquisa em energias renováveis, práticas de consumo responsável e políticas para redução de carbono no *campus*.

No Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), se empenham em integrar a sustentabilidade aos seus currículos e projetos de pesquisa. A USP é pioneira em ações de conscientização ambiental, promovendo eventos acadêmicos voltados à preservação ambiental e ao incentivo do uso racional de recursos (USP, 2020). A UFAM, por sua vez, realiza projetos de preservação da biodiversidade amazônica, desenvolvendo pesquisas científicas e ações de extensão nas comunidades locais (UFAM, 2020).

Essas experiências aqui apresentadas, demonstram que, embora haja avanços, ainda existem desafios a serem superados na implementação das políticas de sustentabilidade nas universidades (Dibbern *et al.*, 2023)

Um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior é a falta de recursos financeiros para investir em práticas sustentáveis, especialmente

em países em desenvolvimento (Campos *et al.*, 2022). A integração da sustentabilidade nos currículos acadêmicos requer uma mudança de mentalidade e uma adaptação das metodologias de ensino, que nem sempre são prontamente aceitas por todas as áreas do conhecimento.

De acordo com Sánchez (2022), a incorporação do desenvolvimento sustentável na educação superior é, portanto, um processo contínuo que exige o comprometimento das universidades, docentes e discentes, além da colaboração com outros setores da sociedade.

A responsabilidade de formar profissionais conscientes e preparados para os desafios da sustentabilidade é um dos maiores legados que a educação superior pode deixar para as gerações futuras. As universidades, ao se comprometerem com a sustentabilidade, não apenas contribuem para a realização dos ODS, mas também fortalecem seu papel como agentes de transformação social (Nações Unidas do Brasil, 2025).

2.4 COMPROMISSO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

O compromisso institucional das universidades comunitárias com a sustentabilidade tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente considerando o papel fundamental dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades onde estão inseridas.

Esse compromisso se reflete em diversas frentes, incluindo políticas institucionais voltadas à sustentabilidade, projetos de extensão universitária, pesquisa e inovação, além dos desafios e perspectivas que envolvem a adoção de práticas sustentáveis no ensino superior.

De acordo com Pereira (2021), as políticas institucionais voltadas à sustentabilidade nas universidades comunitárias têm sido fundamentais para a transformação do ensino superior, uma vez que elas integram a sustentabilidade em suas estratégias de ensino, pesquisa e extensão.

Muitas universidades adotaram a Agenda 2030 da ONU como um marco para suas políticas de sustentabilidade, priorizando a educação de qualidade, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social e ambiental. Nesse contexto, iniciativas que buscam a sustentabilidade em diversos âmbitos acadêmicos têm se tornado comuns, como a inclusão de cursos e disciplinas que tratam de temáticas ambientais e a implementação de processos de gestão sustentável, como o gerenciamento de resíduos e a utilização de energias renováveis (Souza, 2021).

Dentro desse panorama, Oliveira e Sousa (2020) observam que os projetos



e ações de extensão universitária voltadas ao desenvolvimento sustentável desempenham um papel essencial, pois aproximam os educandos das comunidades e das necessidades locais. As universidades comunitárias têm se destacado pela criação de projetos que envolvem práticas sustentáveis, desde a agricultura familiar até iniciativas voltadas à educação ambiental e à preservação do patrimônio natural.

Os projetos implantados nas instituições não apenas ampliam o impacto das universidades nas comunidades, mas também fortalecem a formação dos educandos ao proporcionar experiências práticas que consolidam o aprendizado teórico com a realidade local (Oliveira; Sousa, 2020).

Além disso, a pesquisa e inovação sustentável no ensino superior têm se mostrado áreas em que as universidades comunitárias podem promover uma verdadeira transformação social e ambiental.

A pesquisa científica voltada para soluções inovadoras, como o uso de tecnologias verdes, a economia circular e a preservação de recursos naturais, tem sido uma constante nas universidades comunitárias. Elas atuam como centros de disseminação do conhecimento sustentável, com parcerias entre o corpo institucional e organizações externas, como ONGs e empresas, que possibilitam a inovação em práticas sustentáveis para atender as populações locais (Costa, 2022).

Entretanto, a implementação de políticas sustentáveis nas universidades comunitárias enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a limitação de recursos financeiros, que pode comprometer a adoção de tecnologias mais eficientes e a continuidade de projetos de longo prazo. Além disso, a resistência à mudança, por parte de alguns membros da comunidade acadêmica ou da gestão institucional, dificultam o avanço de iniciativas sustentáveis. A falta de infraestrutura adequada para suportar práticas sustentáveis e a escassez de capacitação específica para docentes e discentes são fatores que contribuem para a dificuldade na implementação dessas políticas (Silva, 2023).

Apesar desses desafios, existem diversas estratégias que podem ser adotadas para fortalecer a atuação comunitária e sustentável das universidades. Uma delas é a intensificação de parcerias com organizações locais e o setor privado, possibilitando o compartilhamento de recursos e a implementação de soluções inovadoras adaptadas às necessidades regionais.

A capacitação contínua do corpo escolar em sustentabilidade, a criação de espaços de diálogo e a troca de experiências sobre as melhores práticas sustentáveis, é fundamental para garantir que as políticas institucionais sejam aplicadas de forma eficaz (Pereira, 2021).

O mesmo autor cita a importância de criação de centros de pesquisa dedica-

dos à inovação sustentável, incentivando os docentes a desenvolverem soluções criativas que possam ser aplicadas no contexto universitário e na comunidade (Pereira, 2021).

A participação do grupo institucional das universidades acadêmicas na busca de soluções que promovam ambientes sustentáveis e que as comunidades respeitem e utilizem com responsabilidade os recursos naturais não renováveis é de suma importância.

Logo, há uma discussão clara sobre o futuro das universidades comunitárias na promoção do desenvolvimento sustentável, que depende, em grande medida, de sua capacidade de integrar plenamente a sustentabilidade em suas práticas diárias, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo (Oliveira; Sousa, 2020; Costa, 2022).

Nesse sentido, pontua-se que as universidades comunitárias têm o potencial de se tornarem agentes de transformação, educando para a sustentabilidade e atuando como modelo de boas práticas para as comunidades. Para isso, será necessário superar os desafios mencionados e adotar uma abordagem colaborativa e integrada, envolvendo todos o grupo institucional, gestores, parceiros e a sociedade em uma rede de ações sustentáveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável tem se consolidado como um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores responsabilidades do ensino superior, especialmente das universidades comunitárias. O compromisso institucional com a sustentabilidade revelou avanços, mas também limitações nas políticas implementadas e nas práticas sustentáveis adotadas.

As universidades comunitárias apresentam potencial considerável para promover o desenvolvimento sustentável. Esse potencial esbarra na escassez de recursos financeiros, resistência a mudanças e dificuldades estruturais, que dificultam políticas sustentáveis audaciosas. Os projetos de extensão universitária e inovação em sustentabilidade são instrumentos eficazes para mitigar os desafios, promovendo uma relação entre a academia e as comunidades locais. A pesquisa e inovação são áreas promissoras que necessitam investimento e foco em soluções práticas voltadas para os desafios locais.

O comprometimento com a sustentabilidade pelas universidades comunitárias precisa ser integrado as práticas pedagógicas, aos currículos acadêmicos e nas estratégias de gestão das universidades comunitárias, tornando-se parte da identidade das instituições. A cooperação e parcerias entre universidades, comunidades



e empresas locais pode resultar em soluções eficazes e sustentáveis, proporcionando uma troca de conhecimentos entre os diferentes atores sociais.

Recomenda-se a criação de um comitê permanente - representantes das diferentes áreas envolvidas - em sustentabilidade, para coordenar, monitorar e avaliar as políticas e ações sustentáveis dentro da instituição. O comitê deve buscar parcerias com organizações governamentais, não governamentais e o setor privado, para ampliar o alcance e a viabilidade de projetos sustentáveis.

Sugere-se que sejam realizadas futuras pesquisas que investiguem como as universidades comunitárias podem superar as limitações financeiras e estruturais para promover práticas sustentáveis eficiente no ambiente interno e externo da instituição. Outra indicação de pesquisa é a avaliação do impacto das políticas de sustentabilidade no desempenho acadêmico e no engajamento dos corpo institucional, especialmente nas comunidades atendidas pela universidade.

A investigação dos impactos dos projetos de extensão voltados para a sustentabilidade nas comunidades locais, busca identificar os benefícios concretos gerados aos cidadãos e como esses projetos podem ser aprimorados. Assim, como explorar as práticas de sustentabilidade adotadas por universidades comunitárias em diferentes regiões do Brasil, buscando entender como fatores regionais e culturais influenciam na implementação e no sucesso dessas iniciativas. Por fim, investigações sobre o papel das universidades comunitárias na promoção de uma cultura de sustentabilidade dentro da sociedade seriam extremamente valiosas.

As universidades comunitárias se relacionam com outras instituições educacionais e atuam como agentes de mudança social, promovendo a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis em outros setores, uma questão que merece ser explorada com profundidade em pesquisas futuras.

As direções apontadas podem contribuir no avanço do conhecimento sobre o papel das universidades comunitárias, na promoção do desenvolvimento sustentável e no fortalecimento do compromisso das instituições com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAMPOS, K. C.; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. J.; FIGUEIREDO, J. C.; BINOTTO, E. Água e esgoto, sob o enfoque do plano de gestão de logística sustentável: uma análise das práticas das universidades federais brasileiras. **Ciência e Natura**, v. 44, p. e12-e12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/67534/47706>.

Acesso em: 13 mar. 2025.

COSTA, F. Inovação e sustentabilidade no ensino superior: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 25, n. 3, p. 54-67, 2022.

CUNHA, M. C.; SILVA, A. R. O papel da universidade comunitária no desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 98-114, 2015.

DAQUI PRA FORA. Tecnologia e inovação nas universidades europeias. **daquiprafora**, São Paulo, 2025: Disponível em: <https://daquiprafora.com.br/tecnologia-e-inovacao-nas-universidades-europeias/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

DIBBERN, T. A.; BERTULUCI, F. B.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P.; FERREIRA, L. C. A contribuição da universidade com o desenvolvimento sustentável no Brasil: análise da institucionalização do HIDS-Unicamp. **DMA**, v. 62, p. 372-388, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thais-Dibbern/publication/373935251_A_contribuicao_da_universidade_com_o_desenvolvimento_sustentavel_no_Brasil_analise_da_institucionalizacao_do_HIDS-Unicamp/links/65044fdaca19e8355c9404a9/A-contribuicao-da-universidade-com-o-desenvolvimento-sustentavel-no-Brasil-analise-da-institucionalizacao-do-HIDS-Unicamp.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

LOPES, M. C.; SCHULER, B.; CASAGRANDA, E. A.; ROSETTO, M. S. GOMES, R. T. Universidade em questão: as instituições comunitárias a dimensão formativa. **Educ. Soc.**, v. 44, e273389, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qSXVbmQzLDkLPDhM3JMgyTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: Nações Unidas, 2025.

OLIVEIRA, J. P. **A universidade comunitária no Brasil: história e desafios para a educação superior**. São Paulo: Editora Universitária, 2012.

OLIVEIRA, A.; SOUSA, L. Projetos de extensão universitária voltados ao desenvolvimento sustentável. **Revista de Extensão Universitária**, v. 16, n. 1, p. 120-135, 2020.

PEREIRA, M. A sustentabilidade nas universidades comunitárias: um olhar sobre as práticas de inovação e extensão. **Revista de Educação Superior e Sustentabilidade**, v. 19, n. 2, p. 92-104, 2021.

PERELMAN, M. A universidade comunitária como promotora do desenvolvimento sustentável. **Revista de Educação e Sociedade**, v. 23, n. 5, p. 124-136, 2016.

SÁNCHEZ, O. Z. El efecto del modelo estructural y la sostenibilidad en las universidades públicas: un estudio de caso. **Ride**, v. 12, n. 24, e334, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/ride/v12n24/2007-7467-ride-12-24-e023.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, F. R. A universidade comunitária e seu impacto social nas regiões periféricas. **Revista de Extensão e Transformação Social**, v. 8, n. 2, p. 15-30, 2017.

SILVA, R. Desafios na implementação de políticas sustentáveis no ensino superior. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 4, p. 98-110, 2023.



SOUZA, J. A sustentabilidade e as universidades comunitárias: políticas e práticas. **Cadernos de Sustentabilidade e Educação**, v. 30, n. 1, p. 15-29, 2021.

SOUZA, R. A. Sustentabilidade nas universidades brasileiras: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 23-42, 2015.

UNITED NATIONS - UN. **Our common future**. New York: UN, 1987.

UNESCO. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt-br/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Relatório de Sustentabilidade 2020**. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://www.sustentabilidade.usp.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projetos de Pesquisa e Extensão em Sustentabilidade**. Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.



“Estudos Econômicos I” é uma obra que propõe uma reflexão crítica sobre os fenômenos econômicos contemporâneos, articulando teoria e prática com clareza e profundidade. Voltado tanto para iniciantes quanto para profissionais da área, o livro aborda temas como desigualdade, políticas públicas, desenvolvimento sustentável e transformação digital. Com linguagem acessível e exemplos práticos, o autor apresenta uma visão sistêmica da economia, incentivando o pensamento crítico diante dos desafios globais. Mais do que um manual teórico, a obra se configura como um convite ao diálogo, à análise e à busca de soluções eficazes e justas para as questões que moldam o mundo atual.